



Promoção da saúde no âmbito da saúde coletiva: desafios e perspectivas para a sustentabilidade das ações de saúde



Priscila Gomes de Mello*

Mestre em Educação Profissional em Saúde
Instituto de Informação e Comunicação em Saúde

Antonio Carlos Martins Quirino

Graduando em Medicina
Faculdade de Medicina de Barbacena

Daliane Patrício da Silva Melo

Graduanda em Enfermagem
Centro Universitário Do Rio Grande Do Norte

Natiele da Silva Gomes

Graduada em Enfermagem
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Bruna Peixoto Mariano

Graduanda em Enfermagem
Universidade Nove de julho

Danielle Patrício da Silva

Pós-graduanda em Medicina de Família e Comunidade
UNA-SUS/UFMA

Bruno Gabriel Cunha Mantovani

Graduando em Odontologia
Faminas

Anna Lara Luik Castro da Silva

Graduanda em Medicina
Universidade de Valença

Diula de Lima Trajano

Graduanda em Medicina
Unigranrio Afya

Adriano Oliveira Amorim

Pós-Graduando em Diabetes e Complicações Crônicas
Faculdade de Iguazu do Paraná

Jaqueline Alessandra Castro da Silva

Mestre em Terapia Intensiva
Centro de Ensino em Saúde

Alexandre Pereira Gomes

Pós-Graduado em Anatomia Humana e Biomecânica, Universidade de Vassouras

RESUMO: A promoção da saúde é um pilar essencial da saúde coletiva, visando melhorar o bem-estar e prevenir doenças em nível populacional. No entanto, a sustentabilidade das ações de promoção da saúde enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia e continuidade. Este estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, analisa os principais desafios e perspectivas para garantir a sustentabilidade dessas ações. A revisão abrange estudos publicados em 2024, utilizando bases de dados como SCIELO, LILACS, Medline/PUBMED, Scopus e Web of Science, com descritores relacionados à promoção da saúde e determinantes sociais. Os resultados identificaram vários desafios, incluindo a falta de liderança, dificuldades na coordenação entre profissionais, e desigualdades na cobertura vacinal. As perspectivas apontam para a necessidade de políticas públicas mais claras, integração de novas abordagens de pesquisa, e considerações holísticas dos determinantes sociais e climáticos. A pesquisa conclui que, embora existam desafios substanciais, há oportunidades para aprimorar a sustentabilidade das ações através de parcerias estratégicas, adaptação às necessidades locais e investimentos em estratégias inovadoras. A colaboração entre pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de saúde é crucial para enfrentar esses desafios e garantir a continuidade e eficácia das intervenções em saúde coletiva.

Palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde; Política de Saúde; Promoção da Saúde; Saúde Pública.



Journal of Medical and Biosciences Research

vol. 1, núm. 4, 2024

*Autor correspondente:

Priscila Gomes de Mello

priscilamello.saude@gmail.com

Recepção: 19/08/2024

Aprovação: 03/09/2024

Publicação: 05/09/2024

DOI: <https://doi.org/10.70164/jmbr.v1i4.269>

ABSTRACT: Health promotion is an essential pillar of collective health, aimed at improving well-being and preventing disease at a population level. However, the sustainability of health promotion actions faces significant challenges that compromise their effectiveness and continuity. This study, through an integrative literature review, analyzes the main challenges and perspectives for ensuring the sustainability of these actions. The review covers studies published in 2024, using databases such as SCIELO, LILACS, Medline/PUBMED, Scopus and Web of Science, with descriptors related to health promotion and social determinants. The results identified several challenges, including a lack of leadership, difficulties in coordination between professionals, and inequalities in vaccination coverage. Perspectives point to the need for clearer public policies, integration of new research approaches, and holistic consideration of social and climate determinants. The research concludes that while there are substantial challenges, there are opportunities to improve the sustainability of actions through strategic partnerships, adaptation to local needs and investments in innovative strategies. Collaboration between researchers, policymakers and health professionals is crucial to address these challenges and ensure the continuity and effectiveness of collective health interventions.

Keywords: Social Determinants of Health; Health Policy; Health Promotion; Public Health.



INTRODUÇÃO

A promoção da saúde é uma área fundamental dentro da saúde coletiva, buscando melhorar o bem-estar das populações e prevenir doenças. No entanto, a sustentabilidade das ações de promoção da saúde enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados (Buss, 2000).

A saúde coletiva visa promover a saúde em nível populacional, mas as ações de promoção enfrentam desafios relacionados à manutenção e eficácia a longo prazo. Com a crescente complexidade das demandas e limitações de recursos, é crucial explorar as perspectivas para garantir a sustentabilidade dessas ações (Falkenberg et al., 2014).

Analisar os desafios e perspectivas para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde é essencial para desenvolver estratégias que assegurem a continuidade e a eficácia das intervenções em saúde coletiva. Este estudo visa oferecer *insights* para fortalecer e sustentar essas ações no contexto atual.

O objetivo principal deste artigo foi investigar os desafios e perspectivas para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no âmbito da saúde coletiva, com o intuito de identificar estratégias que possam garantir a eficácia e a continuidade dessas ações a longo prazo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo de revisão integrativa da literatura, um método de pesquisa que busca examinar as publicações anteriores de forma abrangente e sistemática, seguindo cinco etapas: definição da questão de pesquisa, busca na literatura, avaliação dos dados com ênfase na qualidade, análise dos dados e apresentação dos resultados (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014; Whittmore; Knafl, 2005).

A questão central foi formulada utilizando a estratégia PICO, porém, o componente "C" (comparação ou controle) não foi incluído, já que não era necessário para a análise dos estudos comparativos. Dessa forma, foi estabelecida a seguinte pergunta: "Quais são os desafios e perspectivas para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva?"

A coleta e seleção dos dados foram realizadas em setembro de 2024 utilizando as seguintes bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Latin American and Caribbean Health Sciences Literature* (LILACS),



National Library of Medicine and National Institutes of Health (Medline/PUBMED), Scopus e Web of Science (WOS). Foram empregados os descritores cruzados: *Health Promotion AND Public Health AND Health Policy AND Social Determinants of Health*.

Os critérios de inclusão foram: estudos relacionados ao tema, publicados em 2024, com o objetivo de obter dados atualizados. Foram excluídos: relatos de casos informais, estudos publicados em fontes não eletrônicas, notícias, reportagens, textos não científicos e publicações duplicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados dos artigos foram analisados de forma sistemática após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, começando pela leitura dos títulos e resumos e seguindo para a leitura completa dos textos. Isso permitiu a apresentação dos resultados dos estudos em um quadro de caracterização, incluindo 7 artigos selecionados.

Quadro 1. Dados de caracterização dos artigos incluídos

Autor/Ano	Resultado
(Shakya <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto coletivo incluem a falta de liderança e reconhecimento da fisioterapia, dificuldades na coordenação entre profissionais, e deficiências na conscientização comunitária e suporte social. Contudo, as perspectivas favoráveis envolvem o fortalecimento da liderança e advocacia, melhorias na coordenação e educação, e ajustes nas políticas públicas para reconhecer a fisioterapia como essencial para a saúde coletiva.
(Harris-Glenville; Cloos, 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem o aumento das doenças não transmissíveis e problemas de saúde mental exacerbados por eventos climáticos, barreiras ao acesso aos cuidados e deficiências crônicas no sistema de saúde, especialmente na ausência de suporte político de alto nível. As perspectivas envolvem a necessidade de uma abordagem holística na prevenção e promoção da saúde, integração dos determinantes sociais e climáticos na função das políticas públicas de saúde, e o desenvolvimento de planos adaptativos informados por pesquisas e conhecimento contextual específico para <i>Small Island Developing States</i> (SIDS)
(Esmonde <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a dificuldade de equilibrar a prevenção de doenças causadas pelo patógeno com a proteção da economia, promoção da saúde e bem-estar gerais, e preservação das liberdades individuais. As mudanças nas políticas durante a pandemia foram impulsionadas por alterações na aceitação das consequências negativas das políticas, mudanças no contexto epistemológico, evolução das ferramentas disponíveis e variações nas atitudes públicas. As perspectivas envolvem a necessidade de considerar essas múltiplas dimensões ao formular políticas de saúde para garantir que as ações sejam sustentáveis e eticamente justificáveis ao longo do tempo
(Kuiper <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a limitada integração dos psicodélicos na saúde pública, com menos de 10% das escolas de saúde pública envolvidas de forma



	significativa e uma escassa colaboração entre centros de pesquisa em psicodélicos e instituições de saúde pública. Além disso, há uma falta de atenção às contribuições indígenas e uma predominância de lideranças brancas e masculinas nos centros de pesquisa. As perspectivas para a sustentabilidade envolvem a necessidade de maior envolvimento das instituições de saúde pública no campo dos psicodélicos, a integração de abordagens populacionais e a consideração dos determinantes sociais da saúde para maximizar os benefícios e minimizar os riscos associados ao uso de psicodélicos
(De Bell <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a necessidade de construir capacidade, garantir acessibilidade e aceitabilidade, desenvolver redes e colaborações, e estabelecer uma implementação e avaliação padronizadas para a prescrição social baseada na natureza. Além disso, questões de sustentabilidade também precisam ser abordadas para garantir a continuidade e eficácia das intervenções. As perspectivas envolvem a adaptação das práticas aos contextos locais, aproveitando espaços naturais disponíveis para promover a saúde pública e apoiando a saúde planetária em escalas locais e globais
(Chen <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a necessidade de identificar e gerenciar poluentes emergentes, realizar avaliações de risco específicas para populações vulneráveis, e enfrentar os impactos econômicos e de saúde da poluição do ar. As perspectivas envolvem a implementação de intervenções inovadoras, continuidade na pesquisa sobre os efeitos da poluição, e a promoção de conscientização pública e educação para mitigar esses impactos
(Pires <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a necessidade de abordar o impacto do estresse e dos transtornos mentais no aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, exacerbado pela pandemia de COVID-19. Esses desafios envolvem a identificação e a mitigação dos efeitos negativos das mudanças comportamentais relacionadas ao estresse e à saúde mental. As perspectivas incluem a implementação de políticas e intervenções precoces que promovam a saúde mental e reduzam o consumo de alimentos não saudáveis, visando melhorar a saúde pública e prevenir comportamentos prejudiciais
(Mercogliano <i>et al.</i> , 2024)	Os desafios para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no contexto da saúde coletiva incluem a desigualdade na cobertura de vacinas, influenciada por fatores socioeconômicos e pela densidade de profissionais de saúde. A variação na cobertura vacinal devido ao Índice de Privação e à distribuição desigual de pediatras e médicos gerais destaca a necessidade de abordar essas desigualdades para melhorar a adesão às vacinas. As perspectivas para a sustentabilidade incluem a implementação de políticas públicas que visem reduzir essas desigualdades, como campanhas de vacinação ampliadas, programas de recuperação de vacinação e aumento da alocação de recursos para fortalecer a atuação de médicos gerais e pediatras, promovendo maior conscientização e adesão às vacinas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A sustentabilidade das ações de promoção da saúde na saúde coletiva é complexa e multifacetada. A análise das literaturas revisadas revela diversos desafios e oportunidades para aprimorar essas ações.

Shakya *et al.* (2024) identificam a falta de liderança e reconhecimento da fisioterapia, a dificuldade na coordenação entre profissionais e deficiências na conscientização comunitária como desafios significativos. Recomendam fortalecer a



liderança e advocacia, melhorar a coordenação entre equipes e ajustar as políticas públicas para integrar a fisioterapia como essencial para superar esses obstáculos.

A ausência de políticas públicas claras sobre a promoção de produtos nocivos, como álcool e tabaco, bem como a falta de intervenções padronizadas por governos locais, são desafios críticos. A dependência de patrocínios desses produtos pode gerar um conflito de interesses que compromete iniciativas de saúde. Holly, Demaio e Kickbusch (2024) sugerem que políticas restritivas podem limitar a exposição a esses produtos, promovendo ambientes mais saudáveis e sustentáveis a longo prazo.

Lara-Morales *et al.* (2024) apontam a necessidade de abordar não apenas as necessidades médicas, mas também os fatores sociais que afetam a qualidade de vida dos sobreviventes de câncer. Disparidades relacionadas a emprego, etnia, acesso aos serviços de saúde e status socioeconômico deve ser enfrentado com cuidados abrangentes que considerem suporte social e melhorias nos ambientes físico e social.

Harris-Glenville e Cloos (2024) destacam que doenças não transmissíveis, problemas de saúde mental e eventos climáticos são desafios emergentes. A abordagem holística que integra determinantes sociais e climáticos nas políticas públicas, juntamente com planos adaptativos baseados em pesquisa, é crucial para enfrentar esses desafios.

Esmonde *et al.* (2024) observam a dificuldade de equilibrar prevenção de doenças com proteção da economia e liberdades individuais. Durante a pandemia, as mudanças nas políticas refletiram variações na aceitação das consequências negativas e atitudes públicas. Políticas sustentáveis devem considerar essas múltiplas dimensões para serem eticamente justificáveis e eficazes.

Honeycutt *et al.* (2024) discutem o alto custo inicial das intervenções voltadas para determinantes sociais da saúde (SDOH) e a necessidade de garantir sua viabilidade a longo prazo. As intervenções multissetoriais podem, ao longo de 20 anos, prevenir mortes prematuras e reduzir custos médicos, mostrando eficácia em custo-benefício e potencial de sustentabilidade quando alinhadas com investimentos estratégicos.

Kuiper *et al.* (2024) abordam a integração limitada dos psicodélicos na saúde pública e a falta de colaboração entre centros de pesquisa e instituições de saúde. Aumentar o envolvimento das instituições com psicodélicos e considerar os



determinantes sociais da saúde são importantes para maximizar os benefícios e minimizar riscos.

Evans-Agnew, Alexander e Edwards (2024) discutem a falta de caminhos claros para aplicar competências em enfermagem de saúde pública e a subutilização do empreendedorismo social. Parcerias entre escolas de negócios e enfermagem podem revitalizar a enfermagem de saúde pública, preparando melhor os enfermeiros para enfrentar desigualdades de saúde e promovendo ações mais sustentáveis.

De Bell *et al.* (2024) destacam a construção de capacidade, acessibilidade e aceitabilidade como desafios. Adaptar práticas aos contextos locais e apoiar a saúde planetária são perspectivas importantes para promover ações sustentáveis e eficazes.

Cheng *et al.* (2022) abordam a identificação e gerenciamento de poluentes emergentes, com ênfase na importância de intervenções inovadoras e educação pública para mitigar os impactos da poluição.

Newton *et al.* (2024) ressaltam a complexidade das interações entre determinantes sociais, como renda e educação, e a necessidade de intervenções abrangentes. Integrar múltiplos fatores socioeconômicos é essencial para uma abordagem holística e sustentável na saúde pública.

Pires *et al.* (2024) observam o impacto do estresse e transtornos mentais no consumo de alimentos ultraprocessados, exacerbado pela pandemia. Políticas e intervenções precoces que promovam a saúde mental e reduzam o consumo de alimentos não saudáveis são necessárias para melhorar a saúde pública.

Mercogliano *et al.* (2024) identificam desigualdades na cobertura de vacinas como um desafio crítico. Políticas públicas que promovam campanhas de vacinação e aumentem a alocação de recursos para médicos gerais e pediatras podem melhorar a adesão às vacinas.

Osei Baah *et al.* (2024) discutem as disparidades na prevenção e manejo de doenças cardio-oncológicas, influenciadas por determinantes sociais adversos. Estratégias multifacetadas que melhorem o acesso à saúde e engajem a comunidade são essenciais para mitigar essas disparidades e promover a saúde.

Por fim, a sustentabilidade das ações de promoção da saúde enfrenta uma série de desafios complexos, desde a necessidade de políticas públicas eficazes até a integração de fatores sociais e econômicos. No entanto, há diversas oportunidades para melhorar a eficácia e a sustentabilidade dessas ações através de abordagens holísticas, parcerias estratégicas e políticas adaptativas.



CONCLUSÕES

A complexidade e a diversidade dos desafios e perspectivas para a sustentabilidade das ações de promoção da saúde no âmbito da saúde coletiva. A análise das publicações revisadas destacou que a promoção da saúde enfrenta uma série de obstáculos significativos, incluindo a falta de liderança e reconhecimento, dificuldades na coordenação entre profissionais, e barreiras relacionadas aos determinantes sociais e econômicos da saúde.

Os desafios identificados abrangem desde a necessidade de políticas públicas claras e restritivas sobre produtos nocivos, até a integração limitada de novos campos de pesquisa como os psicodélicos na saúde pública. Além disso, questões como a desigualdade na cobertura vacinal e o impacto das doenças não transmissíveis e eventos climáticos são críticos para a sustentabilidade das intervenções em saúde coletiva.

multifacetada e adaptativa. Fortalecer a liderança e advocacy, melhorar a coordenação e a integração de políticas públicas, e considerar os determinantes sociais e climáticos são passos essenciais para aprimorar a sustentabilidade das ações de promoção da saúde. Além disso, a adaptação das práticas aos contextos locais e a promoção de parcerias estratégicas podem contribuir para a eficácia e a continuidade das intervenções.

A pesquisa revela que, apesar dos desafios, existem oportunidades significativas para avançar na sustentabilidade das ações de promoção da saúde. Investir em estratégias holísticas, como a integração de fatores sociais e econômicos nas políticas públicas e o desenvolvimento de intervenções inovadoras, pode promover um ambiente mais saudável e sustentável a longo prazo.

Portanto, é crucial que pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de saúde continuem a colaborar e a explorar soluções inovadoras para enfrentar esses desafios. Somente através de um esforço conjunto e estratégico será possível garantir a continuidade e a eficácia das ações de promoção da saúde, assegurando um impacto positivo e duradouro na saúde coletiva.



REFERÊNCIAS

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 163–177, 2000.

CHEN, F. *et al.* Breathing in danger: Understanding the multifaceted impact of air pollution on health impacts. *Ecotoxicology and Environmental Safety*, v. 280, p. 116532, jul. 2024.

CHENG, T. *et al.* From service capacity to spatial equity: Exploring a multi-stage decision-making approach for optimizing elderly-care facility distribution in the city centre of Tianjin, China. *Sustainable Cities and Society*, v. 85, p. 104076, out. 2022.

DE BELL, S. *et al.* Nature-based social prescribing programmes: opportunities, challenges, and facilitators for implementation. *Environment International*, v. 190, p. 108801, ago. 2024.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. DE; ALCOFORADO, C. L. G. C. Integrative review versus systematic review. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, v. 18, n. 1, 2014.

ESMONDE, K. *et al.* “Lives versus livelihoods”: Conflict and coherence between policy objectives in the COVID-19 pandemic. *Social Science & Medicine*, v. 357, p. 117188, set. 2024.

EVANS-AGNEW, R. A.; ALEXANDER, G. K.; EDWARDS, L. A. Social entrepreneurship and public health nursing knowledge: Opportunities for innovating nursing education in population health. *Journal of Professional Nursing*, v. 54, p. 17–23, set. 2024.

FALKENBERG, M. B. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 847–852, mar. 2014.

HARRIS-GLENNVILLE, F.; CLOOS, P. “I think they should give primary health care a little more priority”. The primary health care in Caribbean SIDS: what can be said about adaptation to the changing climate? The case of Dominica— a qualitative study. *BMC Primary Care*, v. 25, n. 1, p. 65, 22 fev. 2024.

HOLLY, L.; DEMAIO, S.; KICKBUSCH, I. Public health interventions to address digital determinants of children’s health and wellbeing. *The Lancet Public Health*, v. 9, n. 9, p. e700–e704, set. 2024.

HONEYCUTT, A. A. *et al.* Cost-Effectiveness of Social Determinants of Health Interventions: Evaluating Multisector Community Partnerships’ Efforts. *American Journal of Preventive Medicine*, jul. 2024.

KUIPER, H. *et al.* Psychedelic public health: State of the field and implications for equity. *Social Science & Medicine*, v. 357, p. 117134, set. 2024.



LARA-MORALES, A. *et al.* Social determinants of health in post-treatment cancer survivors: Scoping review. *European Journal of Oncology Nursing*, v. 70, p. 102614, jun. 2024.

MERCOGLIANO, M. *et al.* An ecological analysis of socio-economic determinants associated with paediatric vaccination coverage in the Campania Region: A population-based study, years 2003–2017. *Vaccine: X*, v. 18, p. 100482, jun. 2024.

NEWTON, D. *et al.* The impact of social determinants on health outcomes in a region in the North of England: a structural equation modelling analysis. *Public Health*, v. 231, p. 198–203, jun. 2024.

OSEI BAAH, F. *et al.* Social Determinants of Health in Cardio-Oncology. *JACC: CardioOncology*, v. 6, n. 3, p. 331–346, jun. 2024.

PIRES, R. K. *et al.* Stress and the Consumption of Ultra-Processed Foods during COVID-19's Social Distancing: Are Mental Disorders Mediators in This Association? ELSA-Brasil Results. *Nutrients*, v. 16, n. 13, p. 2097, 30 jun. 2024.

SHAKYA, N. R. *et al.* Barriers and facilitators for strengthening physiotherapy services in Nepal: perspectives from physiotherapists and health providers. *BMC Health Services Research*, v. 24, n. 1, p. 876, 1 ago. 2024.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2 dez. 2005.

Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática

Complexity of Collective Health Field: knowledge and practice multidisciplinary, interdisciplinarity, and transdisciplinarity – a paradigmatic trajectory socio-historical analysis

Madel T. Luz

Filósofa. Doutora em Ciência Política. Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Líder do Grupo CNPq Racionalidades Médicas e Práticas de Saúde.

Endereço: Praia do Flamengo 98, apto IIII, Flamengo, CEP 22210-030, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: madelluz@superig.com.br

Resumo

Este artigo trata da crescente complexidade do campo conhecido como Saúde Coletiva, em termos paradigmáticos, que é expressa na convivência atual de três paradigmas (multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade), construídos, em termos de saberes e práticas, ao longo de um período histórico de cerca de dois séculos (primeira metade do século XIX ao século XX). Essa complexidade se traduz também na profusão de disciplinas que compõem o campo, oriundas tanto das biociências, quanto de ciências da área de humanas e ambientais. A complexidade do campo evidencia-se também no seu hibridismo epistemológico, no qual coexistem normas epistemológicas de produção do conhecimento com o paradigma pragmático da eficácia e da ética, comum às medicinas preventiva e social e às políticas de saúde. Este artigo tenta também evidenciar que a evolução do campo da Saúde Coletiva no último século aponta na irreversível direção da complexidade, tanto em termos de produção do conhecimento como de intervenção de estilos de expressão das diferentes disciplinas incluídas no campo. Reduzir essa enorme complexidade a um paradigma único, seja em termos de modelos disciplinares, seja em termos de formas de expressão de sua produção, significa reduzir o campo a uma única dimensão, diminuindo-o e empobrecendo-o nos níveis analisados no trabalho.

Palavras-chave: Campo; Saúde; Multidisciplinaridade; Interdisciplinaridade; Transdisciplinaridade.

Abstract

This article deals with the increasing complexity of the field presently known as Collective Health, socially and historically constructed along two centuries (beginning of the XIXth, and all along the XXth) in terms of knowledge and practices. This complexity, evident in the multidisciplinary, interdisciplinary and transdisciplinary paradigms that coexist in the field, may be expressed at two levels: the level of its *composing disciplines*, which includes human, biological, medical and environmental disciplines, and the level of *production and expression of knowledge*, which includes the scientific paradigm and the ethical and practical paradigm of efficacy, both common to medicines (preventive and social medicine) and health policies. It also tries to demonstrate that the social and historical evolution of Collective Health as a scientific and practical field seems to indicate an irreversible change in the direction of complexity, in terms of knowledge, of intervention, and of expression of the different disciplines that are nowadays part of the field. To reduce this complexity to one single model in terms of disciplines or of styles of production of knowledge means to reduce the whole field to only one single dimension and to limit it at both mentioned levels, what is a very bad solution.

Keywords: Field; Health; Multidisciplinarity; Interdisciplinarity; Transdisciplinarity.

Introdução

A discussão sobre a especificidade paradigmática do campo da Saúde Coletiva: se é multidisciplinar, interdisciplinar ou, em versão emergente, transdisciplinar, vem sendo uma preocupação contínua da área nos últimos dez anos, ressaltando-se a título de exemplos trabalhos como os de Paim e Almeida Filho (2000, 1998), Almeida Filho (2001, 2005), Nunes (2001, 2005), Campos (2000), Ayres (2001), Luz (2000, 2001, 2003), Canesqui (2000), Castiel (2001), além de estudos pioneiros, anteriores em meia década (Nunes, 1995, Canesqui, 1997, Luz, 1997, Stotz, 1997), que revisaram o campo tanto do ponto de vista dos seus conteúdos, metodologias e saberes disciplinares, como das práticas que o compõem. Problematizaram o que pode caracterizá-lo como núcleo epistemológico, teórico e prático, distinguindo-o (mas ao mesmo tempo aproximando-o), em termos paradigmáticos, das ciências humanas, da medicina, da epidemiologia clássica, assim como do planejamento, da gestão e avaliação das políticas de saúde, institucionalizadas em programas e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa discussão adota por vezes um tom analítico conceitual, tematizando a positividade da saúde como elemento conceitual nuclear do campo (Almeida Filho, 2001; Luz 2001, 2000), por oposição à visão da teoria das doenças, hegemônica nas especialidades da medicina ou da saúde como ausência da doença, ou da mesma vista como positividade. A visão “negativa” da saúde está presente não apenas na medicina preventiva, em que é dominante, como nas ciências humanas (Almeida Filho, 2001). A discussão pode adotar também tom de revisão sócio-histórica, quando analisa a evolução dos paradigmas no campo através de suas mudanças históricas, de Saúde Pública à Medicina Social, de Medicina Social à Saúde Coletiva (Paim, e Almeida Filho, 2000; Nunes, 2000, 2005, 2006). Pode ainda adotar tom interrogativo sobre o caráter coletivo do campo, inquirindo sobre a natureza do sujeito como singularidade irredutível ao populacional, e sobre o que se pretende com saúde coletiva, vista sob o ângulo de modelos de normatividade e intervenção em populações, grupos sociais e indivíduos (Castiel, 2001). De qualquer modo, e sob qualquer tom que adotem, as discussões têm visado a colocar em questão o que pode caracterizar, de fato e de direito, a Saúde Coletiva como campo multidisci-

plinar em termos de discursos (saberes disciplinares) e de práticas (formas de intervenção).

Neste trabalho, propomo-nos a fazer uma discussão sintética do que se denomina com frequência paradigmas ou “modelos” (termo assumidamente pouco dinâmico para caracterizar as estruturas abertas atuais de pensamento científico e de intervenção política, sempre evoluindo e interagindo no tempo) multidisciplinar, interdisciplinar e, mais recentemente, transdisciplinar. Esses paradigmas ou modelos vêm coexistindo há ao menos três décadas no campo, redefinindo seus saberes disciplinares e suas lógicas de aplicação política ou de intervenção médico-social na ordem da vida coletiva. Ao mesmo tempo, procuramos estabelecer ligações possíveis entre esses “modelos” e os diferentes paradigmas, termo aqui empregado no sentido de *propostas teóricas disciplinares assumidas como parâmetros discursivos e de intervenção*, desenvolvidos ao longo da história da saúde pública dos últimos dois séculos; mencionar as práticas tecnocientíficas e políticas associadas aos distintos paradigmas presentes no campo, tipificando-as e ilustrando-as com figuras, sem, contudo, estabelecer entre elas conexões de natureza causal.

A complexidade atual do campo da saúde coletiva permeia tanto suas práticas como seus discursos disciplinares e suas formas de expressão acadêmicas, neles originando um conjunto de mediações de natureza não apenas teóricas (entre as disciplinas que compõem o campo), como política, social e cultural, se considerada a escala hierárquica dos agentes que intervêm nas práticas e na produção desses saberes disciplinares e se consideradas também as diferenças de formação e inserção na cultura desses agentes institucionais: docentes, pesquisadores, gestores, profissionais do cuidado, emissores de discursos e normas etc. Em consequência, o campo lida com duas lógicas de “regime de produção de verdades”, parafraseando Foucault (1966), que devem ser claramente percebidas e diferenciadas, pois remetem à natureza híbrida (teórico/prática) da Saúde Coletiva: a) a lógica teórico epistemológica de produção de conhecimento, seja ela interpretativa ou explicativa, dependendo da área disciplinar em que se origina, e b) a lógica operativa e pragmática da eficácia, decorrente da intervenção normativa na ordem da vida, no sentido da erradicação ou controle do adoecimento coletivo. Essa dupla complexidade do

campo impede, a nosso ver, que se adotem explicações teóricas monocausais neste campo, ao menos no sentido da causalidade mecânica, em grande parte ainda dominante no campo das biociências

É também esta complexidade que nos leva a adotar como *ferramenta conceitual* básica de análise a noção de *campo*, de Pierre Bourdieu (1989), para perceber a questão da coexistência multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no campo da Saúde Coletiva.

Adotando-se como guia analítico o conceito de *campo* torna-se menos difícil a compreensão da multiplicidade e da coexistência (por vezes conflituosa) dos saberes e práticas na saúde coletiva. Essa categoria nos permite ver como um domínio específico de saberes e práticas distribui hierarquicamente seus discursos e os atores/agentes que os emitem num conjunto semiestruturado em contínuo processo, em que a disputa por “espaços discursivos” gera conflitos, pois a busca do *poder simbólico* (Bourdieu, 1989) está presente nos campos das ciências e das artes. Evidentemente, essa distribuição de poder simbólico não se descola do contexto cultural e social em que se insere, isto é, das forças sociais atuantes em um momento específico da construção histórico social, bem como dos imperativos éticos de ação que cada momento coloca para a sociedade, assim como para suas instituições, saberes e práticas normativas (Bourdieu, 1989)

No caso da Saúde Coletiva, sua evolução ou *transformação*, em função de sua contínua mudança ao longo dos dois últimos séculos, de um modelo *salubrista* polidisciplinar para uma estrutura discursiva semiaberta, com inclusão contínua de disciplinas oriundas de diferentes campos científicos, bem como sua complexificação em termos de práticas e formas de intervenção social que se incorporaram ao campo ao longo das últimas décadas, levam-nos a refletir sobre a irreversibilidade dessa complexidade e sua irredutibilidade a um paradigma monodisciplinar, seja ele proveniente do campo biológico, do campo das ciências humanas e sociais, das tecnologias em avanço na área das ciências aplicadas à saúde, ou do planejamento e da gestão governamental na área, isto é, da “polícia médica”, para empregar o termo clássico de Rosen (1980).

Em outras palavras: o campo da Saúde Coletiva pode ser caracterizado por sua irredutibilidade tanto

discursiva quanto prática e expressiva de sua produção a um “modelo ou paradigma único”. Coexistem, portanto, no campo, de modo integrado ou paralelo, três modelos discursivos, tanto em relação aos saberes disciplinares, como em relação às práticas de intervenção e às formas de expressão científica (artigos, livros, capítulos, projetos e programas de intervenção e avaliação).

Trata-se, desta forma de um *campo* complexamente hierarquizado de saberes e práticas e agentes, o que pode ser resumidamente ilustrado na figura abaixo:

Figura 1 - Saúde Coletiva: Campo transdisciplinar de saberes e práticas



No campo há hierarquização dos saberes e práticas mutável de acordo com as transformações internas e externas a eles (culturais, econômicas, sócio-políticas), com consequente modificação de posição dos agentes na hierarquia.

No que concerne aos saberes disciplinares, ou científicos, o modelo pluri ou polidisciplinar, característico da Saúde Pública clássica, originário do século XIX, incorporou progressivamente as conquistas da microbiologia, associando-as à epidemiologia, “superando” o modelo sanitário social da primeira metade do século (Luz, 2000), e voltando-se, em termos de intervenção, para o modelo centralizado planejado de contenção e controle das doenças coletivas (*campanhismo*), em detrimento do anterior, mais centrado nas condições de vida e na determinação social do adoecimento, originário de uma “disciplina mãe” do século XIX, a epidemiologia social. As disciplinas especializadas que embasariam, a partir de então, o campo da saúde, seriam prioritariamente oriundas do subcampo denominado área básica, sobretudo pela medicina (tropical) e as biociências, mas incluiriam áreas técnicas e ambientais como a engenharia sanitária.

Os cientistas e técnicos formados nessas disciplinas trabalhariam, desde então, a partir de seus saberes específicos, construindo objetos de pesquisa e de intervenção especializados, embora voltados para o tema comum de teorização da Saúde Pública (Paim e Almeida Filho, 2000). Este modelo clássico de pesquisa em saúde pública persiste nas grandes organizações internacionais de Saúde Pública até o presente, sendo dominante em alguns momentos conjunturais de crise sanitária, e fornece a base teórica para o modelo salubrista de combate às grandes endemias e epidemias de acordo com as figuras 2 e 3 abaixo:

Figura 2 - Exemplo da pesquisa aplicado na área de saúde mental

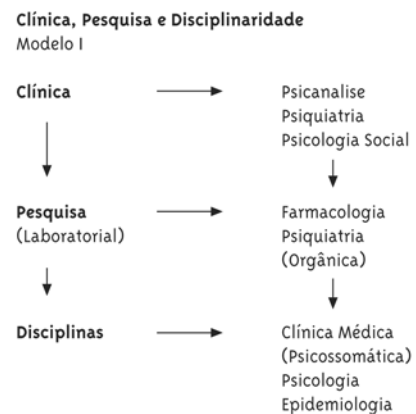
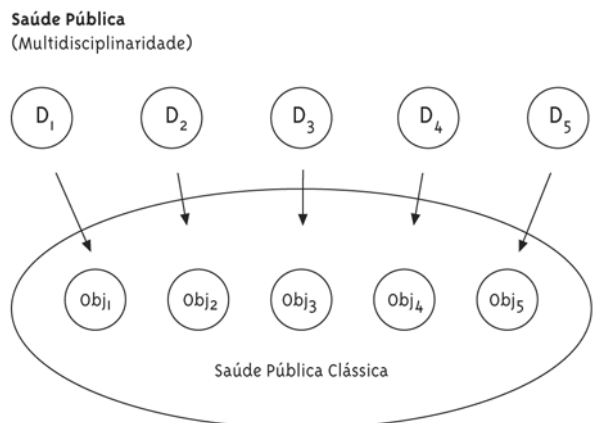


Figura 3 - Saúde Pública clássica – O paradigma da multidisciplinaridade



O objeto Saúde Pública é resultante de uma soma de “olhares” e métodos aportados pelos profissionais das diferentes disciplinas ou práticas (normativas, discursivas)

No decorrer do século XX, à medida que a *episteme* da modernidade fez eclodir, a partir do avanço tecnológico do último terço do século XIX, novas especialidades originadas de “disciplinas mães”, um conjunto de subdisciplinas especializadas emergiu no campo científico, inclusive naquelas disciplinas relativas à vida humana, sobretudo no campo médico (Luz,1988). Na segunda metade do século passado, o grande desenvolvimento desse modelo de produção de saber científico levou, paradoxalmente, à busca do que se pode definir como “sínteses parciais” no conhecimento científico, gerando um novo modo de produção discursiva no campo das ciências, que se pode denominar *interdisciplinaridade*, caracterizada pela emergência de subdisciplinas densas conceitualmente, especializadas em novos objetos, com novos métodos de investigação e novas perspectivas teóricas, fruto da intersecção de “disciplinas mães”.

No campo da Saúde Pública, esse novo modelo propiciou a existência do *paradigma da interdisciplinaridade*, no qual certas subdisciplinas, oriundas das ciências humanas e da vida, viriam a constituir novas disciplinas ou subdisciplinas, com métodos e conteúdos teóricos próprios, tendo como núcleo discursivo comum a saúde pública, com o estudo de populações específicas e sua exposição ao risco de adoecimento. A produção teórica nesse modelo supõe, entretanto, a continuidade da construção de objetos específicos pelas novas disciplinas em questão. Um deles é a epidemiologia social. O modelo ou paradigma interdisciplinar é muito atuante no campo, dando origem a numerosos estudos interdisciplinares, tematizando objetos estratégicos, em termos da vida humana, favorecendo a incorporação ao campo da Saúde Coletiva de disciplinas sociais como Antropologia, Sociologia, Geografia e História, ao longo dos últimos cinquenta anos, no sentido de apreender e interpretar a origem e persistência de doenças endêmicas ou epidêmicas em determinados grupos populacionais. Ocupa-se de suas atitudes e comportamentos, condições e estilos de vida, cultura e o papel desses aspectos sociais na determinação ou na “exposição ao risco” de doenças coletivas. Favorece os estudos ditos qualitativos, ou estilos de pesquisas em que a metodologia quantitativa se alia à qualitativa, oriunda das ciências humanas. O paradigma da doença e seu controle é, com as ca-

tegorias de risco e vulnerabilidade, dominante nesse modelo, embora a base de produção do conhecimento não esteja, como no modelo anterior, na pesquisa experimental, laboratorial, “de bancada”, mas em variados pesquisas e estudos comumente denominados “qualiquantitativos”. Isso pode ser duplamente ilustrado nas figuras que seguem:

Figura 4 - Paradigma da interdisciplinaridade – O modelo moderno de geração de subdisciplinas, típico dos saberes disciplinares

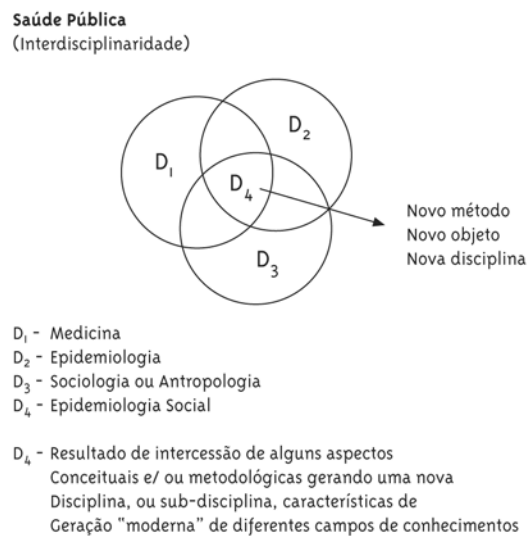
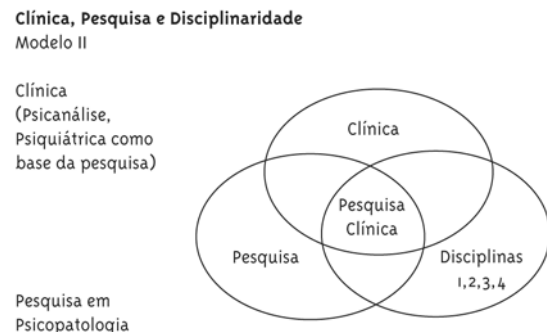


Figura 5 - Paradigma interdisciplinar da pesquisa, aplicado à clínica e à saúde coletiva (exemplo de pesquisa na área de saúde mental)



Finalmente, para concluirmos as ideias principais deste texto, no último terço do século recém findo, com a “crise de crescimento” do conhecimento científico, que tem seu momento específico no campo das ciências humanas na década de 1980, o paradigma moderno determinista, que supõe a causalidade como explicação universal de ligação entre os fenômenos e define o universo como um conjunto finito de leis a serem descobertas e descritas em linguagem formal, preferencialmente matemática (Luz, 1988), é posto em questão em várias disciplinas científicas duras, sobretudo a física, surgindo novas formas de descrição e interpretação dos fenômenos, com novos paradigmas interpretativos, como o da complexidade, e o da superação da produção do conhecimento científico apenas pela “disciplinaridade” (disciplinas especializadas produzindo conhecimento sobre objetos específicos com metodologia também específica).

Nesse novo contexto *epistêmico* (Foucault, 1966), desponta a produção discursiva comunicativa horizontalizada (não hierarquizada, em termos metodológicos e teóricos) entre os saberes disciplinares, através da proposta da transdisciplinaridade. A produção discursiva tende a ser cooperativa entre os distintos saberes, que tomam um tema estratégico para a vida humana e social como proposta de investigação (por exemplo: a violência, ou a Aids, o adoecimento em função do trabalho, a subjetividade, a sexualidade e os gêneros, as novas epidemias ou o recrudescimento de certas doenças crônicas), passando, a partir daí, a construir um objeto de pesquisa nesse processo de intercomunicação. O objeto não é construído *a priori*, como nos casos anteriores; ele se constrói *a posteriori*, ao longo do desenvolvimento do tema da pesquisa.

A diferença interessante em relação a esse “modelo” de produção de conhecimento, ou paradigma científico, é que o conhecimento assim produzido pode integrar não apenas produção gerada a partir da pesquisa experimental, como da pesquisa quantitativa (epidemiológica, demográfica), qualitativa, e das pesquisas aplicadas, como no planejamento. Pode integrar também conhecimento gerado a partir da prática vivenciada pelas populações ou por usuários de serviços (ou pacientes), superando assim a clivagem senso comum x ciência, típica da modernidade. Esse terceiro modelo ou paradigma é muito recente, mas está atuante e em ascensão no campo da Saúde Coletiva, considerado a

situação explosiva atual de saúde das populações e os vários “temas quentes”, cujos exemplos citados acima são apenas os mais em evidência no momento.

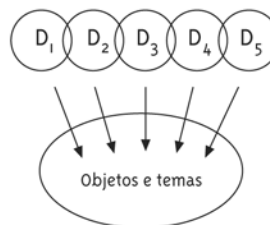
Acreditamos que num futuro próximo esse modelo poderá ganhar dominância no campo, considerada justamente a complexidade da Saúde Coletiva. Entretanto, é certo que os três modelos ou paradigmas aqui apresentados se desenvolverão coetaneamente durante muito tempo. Essa coexistência paradigmática, em que a transdisciplinaridade opera como um paradigma sintético dos anteriores, é, do nosso ponto de vista, parte fundamental da cultura contemporânea, fragmentária em nível de modelos, e multifacetária, em nível explicativo ou interpretativo: dessa cultura denominada *pós-moderna* por alguns autores.

Esta situação pode ser figurada duplamente: em termos de paradigma transdisciplinar e da prática da pesquisa. Ver ilustração dupla abaixo, figuras 6 e 7.

Figura 6 - Transdisciplinaridade na saúde coletiva – A coexistência de distintos paradigmas na prática da pesquisa

Saúde Coletiva
(Transdisciplinaridade)

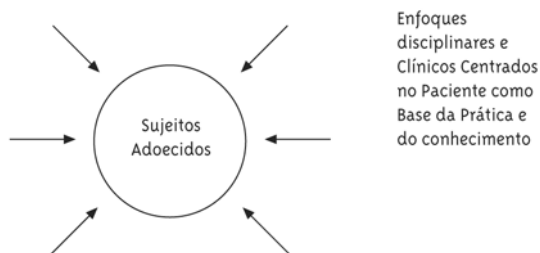
2ª caracterização



Diferentes disciplinas ou sub-áreas disciplinares tematizam um mesmo objeto em saúde: geração pós-moderna de novos campos de conhecimentos.

Figura 7 - Paradigma transdisciplinar – Exemplo aplicado à pesquisa clínica ou epidemiológica em saúde coletiva

Clínica e Pesquisa em Transdisciplinaridade
Modelo III



Voltamos, assim, ao início deste texto, quando afirmamos a necessidade de preservar a complexidade paradigmática da área, uma complexidade demonstrativa de seu avanço em termos epistemológicos, e da enorme riqueza discursiva e prática de que é portadora, como ilustra a figura 1. O campo da Saúde Coletiva é um dos mais férteis e avançados atualmente na árvore dos saberes disciplinares. Esta fertilidade provém de sua complexidade, tanto em termos discursivos, como em termos de práticas tecnológicas e de “estilos de expressão” dos produtos de seus saberes e práticas. Reduzir essa complexidade a um paradigma monodisciplinar ou a uma forma monolítica de expressão da produção (artigos, por exemplo) é negar a complexidade e decretar, a médio e longo prazos, o empobrecimento e a morte consecutiva do campo da Saúde Coletiva.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N. For a general theory of health: preliminary epistemological and anthropological notes. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 753-70, jul./ago, 2001.
- ALMEIDA FILHO, N. Transdisciplinariedade e o paradigma pós-disciplinas em saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 30-50, set./dez. 2005.
- AYRES, J. R. C. M. Sujeito, Interdisciplinaridade e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-71, 2001.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Porto: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes práticas. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-30, 2000.
- CANESQUI, A. M. Os novos rumos das ciências sociais e saúde. In: _____. (org.) *Ciências sociais e saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. p. 11-28
- CANESQUI, A. M. (org.) *Ciências sociais e saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. p. 11-28.
- CANESQUI, A. M. (org.) *Ciências sociais e saúde para o ensino médico*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2000.
- CANESQUI, A. M. Ciências sociais e saúde no ensino médico. In: _____. (org.) *Ciências sociais e saúde para o ensino médico*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2000. p. 25-46.
- CASTIEL, L. D. To be necessarily precise...or precisely necessary? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 773-776, ago. 2001.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris : Gallimard, 1966.
- LUZ, M. T. A produção científica em saúde coletiva (19994-1995). *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 117-41, 1997.
- LUZ, M. T. A produção científica em ciências sociais e saúde: notas preliminares. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2000.
- LUZ, M. T. Debate on the paper by Naomar de Almeida Filho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 779-81, jul./ago. 2001.
- LUZ, M. T. Sobre as relações entre Estado e sociedade civil: transformações no campo da Saúde a partir do referencial das Ciências Sociais. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 24-6, 2003.
- LUZ, M. T. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. 2 ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NUNES, E. D. A questão da interdisciplinariedade no estudo da Saúde Coletiva e o papel das Ciências Sociais. In: CANESQUI, A. M. *Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 95-114.
- NUNES, E. D. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 251-64, 2000.
- NUNES, E. D. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto, In: CAMPOS, G. W. S. et al. (orgs.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 295-315.
- NUNES, E. D. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas: *Physia*, v. 15, n. 1, p. 13-38, 2005.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva. Salvador: Casa da Saúde, 2000.

ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

STOTZ, E. N. A Saúde coletiva como projeto científico: teorias, problemas e valores na crise da modernidade. In: CANESQUI, A. M. (org.) *Ciências sociais e saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1997. p. 273-84.

Recebido em: 19/03/08

Reapresentado em: 31/08/2008

Aprovado em: 27/10/2008



Perspective

Future Issues in Global Health: Challenges and Conundrums

Manoj Sharma ^{1,2}, Md Sohail Akhter ^{1,*}, Sharmistha Roy ¹ and Refat Srejon ¹

¹ Department of Social and Behavioral Health, School of Public Health, University of Nevada, Las Vegas, NV 89119, USA

² Department of Internal Medicine, Kirk Kerkorian School of Medicine at UNLV, University of Nevada, Las Vegas, NV 89102, USA

* Correspondence: akhtem1@unlv.nevada.edu

Abstract: This perspective lays out the challenges and conundrums facing global health and discusses possible solutions applicable in the future. The world is facing numerous challenges that include those associated with globalization, climate change, emerging diseases, continuation of non-communicable diseases, reemerging communicable diseases, antimicrobial resistance (AMR), wars, terrorism, and humanitarian crises, among others. The recent challenges exaggerated by the COVID-19 pandemic have exposed vulnerabilities within healthcare systems, particularly in low- and middle-income countries (LMIC). The solutions must be interprofessional and multifarious with collaborative efforts and partnerships. One world order seems to be a far-fetched ideal utopian goal, but it can be a remedy for ensuring health for all. In the meantime, strengthening the World Health Organization's role in coordinating global health efforts and improving its capacity to respond to future health crises will be critical in ensuring that the vision of a unified, healthier world becomes a reality.

Keywords: global health; health inequities; non-communicable diseases (NCDs); infectious diseases; climate change and health; sustainable development goals (SDGs)



Academic Editors: Jimmy T. Efir and Paul B. Tchounwou

Received: 24 December 2024

Revised: 9 February 2025

Accepted: 19 February 2025

Published: 21 February 2025

Citation: Sharma, M.; Akhter, M.S.; Roy, S.; Srejon, R. Future Issues in Global Health: Challenges and Conundrums. *Int. J. Environ. Res. Public Health* **2025**, *22*, 325. <https://doi.org/10.3390/ijerph22030325>

Copyright: © 2025 by the authors. Licensee MDPI, Basel, Switzerland. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

1. Introduction

The current global health landscape is characterized by a complex interplay of long-standing and emerging challenges that strain healthcare systems worldwide. These challenges include the pervasive rise in non-communicable diseases (NCDs), infectious disease outbreaks, and environmental health risks. The COVID-19 pandemic has underscored the vulnerability of even well-resourced health systems, exposing weaknesses in healthcare infrastructure and amplifying existing health inequities [1]. Health disparities remain stark, with low- and middle-income countries (LMICs) disproportionately affected by the dual burden of infectious diseases and a growing prevalence of chronic health conditions. These countries often struggle with limited healthcare resources and access issues, which have been exacerbated by the economic and social disruptions caused by the pandemic [2]. Addressing this multifaceted health landscape requires collaborative global health strategies that prioritize preventive measures, strengthen health systems, and promote equitable access to care.

The United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), adopted in 2015, provide a global framework for achieving health equity and sustainable development by 2030. Health is central to this agenda, particularly through Goal 3, which aims to ensure healthy lives and promote well-being for all ages [3]. However, progress toward the health-related SDGs has faced significant setbacks, especially following the COVID-19 pandemic, which

disrupted health systems, exacerbated health inequities, and diverted resources from critical healthcare services and infrastructure [4]. These challenges have impacted not only SDG 3 but also goals related to poverty (SDG 1), hunger (SDG 2), clean water and sanitation (SDG 6), and reduced inequalities (SDG 10), as they are intrinsically linked to health outcomes and quality of life [5].

Despite progress in some areas, such as reductions in maternal and child mortality, the world remains off track in meeting many SDG health targets. For instance, non-communicable diseases (NCDs) like cardiovascular disease, hypertension, cancer, and diabetes, responsible for over 80% of global deaths, continue to rise, especially in low- and middle-income countries [6]. According to the GBD 2021 report, high blood pressure, tobacco use, dietary risks, and air pollution are among the top contributors to the global burden of disease. These modifiable risk factors drive the prevalence of NCDs, affecting millions worldwide and placing significant pressure on healthcare resources [7]. For instance, tobacco use remains a primary risk factor for cancers and respiratory diseases, while poor dietary habits contribute to cardiovascular conditions and metabolic disorders. This shift from infectious diseases to chronic health conditions signals an epidemiological transition fueled by lifestyle changes, urbanization, and aging populations [8]. NCDs have increasingly affected LMICs, where healthcare systems are less equipped to manage long-term chronic diseases. Similarly, infectious diseases, including HIV/AIDS, tuberculosis, and malaria, remain prevalent in regions with high poverty rates, while antimicrobial resistance poses a growing threat to disease control [2,9]. In addition, the intersection of climate change and health has gained attention, as environmental factors such as air pollution and extreme weather events contribute significantly to disease burden and mortality, particularly among vulnerable populations [10]. This convergence of multiple health challenges has galvanized the need for sustainable, resilient healthcare systems capable of addressing both current and future public health crises.

Achieving the SDGs requires renewed commitment from governments, international organizations, and communities to address structural health inequities and invest in strengthening health systems. Interventions such as improving access to essential healthcare services, expanding health workforce capacity, and implementing policies to tackle behavioral and environmental health risks are crucial. The GBD study's insights into global disease burdens and risk factors provide a data-driven foundation for guiding these efforts and aligning policy initiatives with the SDG targets. Considering current challenges, the SDGs represent both an opportunity and a call to action to create a healthier, more equitable world, underscoring the need for integrated, multisectoral approaches to public health. Against this backdrop, this article analyzes the world's current health and health-related challenges and projects future issues focusing on finding preemptive solutions for a healthy world.

Challenges of globalization, while facilitating interconnectedness, have also introduced a series of economic, political, and technological challenges that complicate sustainable development and equitable progress [10]. Economically, globalization has led to growth in international trade and wealth, yet it has also deepened inequalities, where wealthier nations often benefit more than developing ones. Job displacement and labor exploitation are common, as companies seek cheaper labor overseas, sometimes under poor working conditions. Poverty remains pervasive in many regions, especially in low- and middle-income countries, where populations are disproportionately affected by limited access to resources and social safety nets, impeding their economic growth and ability to adapt to the global economy [11].

Politically, globalization has fostered polarization within and between countries. Internally, many nations face tensions between nationalistic movements and proponents

of international cooperation, resulting in deep political divides and the erosion of social cohesion [12]. Externally, the disparity between developed and developing countries often leads to unequal power dynamics and policy conflicts, particularly in areas like trade, environmental standards, and human rights [12]. This polarization hinders the ability of countries to form effective alliances and take unified actions on global issues such as climate change and migration.

Technologically, advancements in communication, artificial intelligence (AI), and stem cell research offer transformative possibilities but also pose challenges [13]. Rapid communication advances have intensified the spread of misinformation and increased data privacy concerns, while AI raises ethical issues regarding automation, surveillance, and job displacement [14]. Furthermore, stem cell research, though promising for medical advancement, is mired in ethical debates about its applications and accessibility, potentially widening healthcare inequities between wealthy and poorer nations [14].

Addressing these challenges requires concerted global efforts and sustainable solutions. Economically, countries can collaborate to create fairer trade practices and provide support for poverty reduction programs, aiming to close the wealth gap and ensure that globalization benefits all. Stronger labor laws and ethical sourcing standards can mitigate labor exploitation, improving working conditions worldwide. Politically, strengthening multilateral organizations and promoting diplomacy can help countries navigate polarization and work towards common goals, such as climate action and public health initiatives. To preserve cultural diversity, initiatives that support local arts, languages, and traditions are vital. Technological challenges call for ethical frameworks and regulatory standards to ensure that advances like AI and stem cell research are used responsibly and inclusively [14]. The United Nations and other international organizations play a critical role in coordinating these efforts, fostering collaboration, and encouraging policy coherence across borders. Strengthening cybersecurity and data protection laws internationally will also help secure the digital landscape, ensuring a safer and more inclusive approach to globalization. This will help create a foundation for a more equitable and sustainable future. In this article, we first discuss the challenges of climate change, followed by the challenges of emerging diseases, the challenges of reemerging communicable diseases, the challenges of non-communicable diseases, the challenges of natural disasters, and finally, wars, terrorism, and humanitarian crises. We discuss solutions through global partnerships.

2. Challenges of Climate Change

The change in global temperature and weather patterns over a period can be referred to as climate change. The attributes of climate change are no longer confined to natural phenomena. Human activities, particularly extensive use of fossil fuels, deforestation, and industrial processes, are causing drastic climate change, leading to unpredictable impacts globally. The Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) demonstrated that the current rapid rate of climate change is extensively driven by human-induced factors, resulting in increased greenhouse gas emissions that trap atmospheric heat [15]. The effects of climate change not only affect the environment but also the lives on the earth. It severely impacts global health, food security, and water resources. Compounding the problem of climate change is the problem of air quality in some countries. Smog is also a rising concern for health in countries where the Air Quality Index (AQI) exceeds dangerous limits.

2.1. Causes and Effects of Climate Change

On top of natural climate change, unexpected anthropogenic factors are contributing to drastic climate change. The underlying anthropogenic factors include the combustion of fossil fuels that release greenhouse gases, including carbon dioxide (CO₂) in the atmo-

sphere; deforestation due to urbanization, and food production for population expansion that minimizes greenhouse gas absorption [15,16]. With the growth of civilization, industrialization has advanced drastically in every sector. Industrialization of agriculture, including livestock production and rice cultivation, has significantly contributed to greenhouse gas emissions, including methane [17].

The effects of climate change are diverse and multifaceted. The increased global temperature has resulted in more frequent severe weather calamities such as hurricanes, floods, and droughts, resulting in extermination of communities and food production [18]. The increase in global temperature due to climate change has reduced global food production, with a drop in food production of one-third predicted by 2050 [18]. Excessive environmental temperatures destabilize biological functions, leading to autoimmune and chronic diseases such as cancer, diabetes, respiratory problems, and vector-borne diseases [15,19].

2.2. Solutions and Global Actions

Addressing climate change requires multifaceted approaches, including mitigation, adaptation, and global cooperation. Mitigation strategies recommend using renewable energy, enhancing energy efficiency, and practicing sustainable agriculture to reduce greenhouse gas emissions [15,20]. Natural ecosystem restoration activities such as reforestation and wetland restoration have been identified as effective carbon sequestration methods [21]. Integrated actions are required across the world to address climate change. Global leaders are congregating annually to discuss possible solutions. The Paris Agreement in 2015 represents a landmark commitment by all the nations to limit global warming below 2 °C above the pre-industrial temperature [15]. All countries are required to develop unique action plans to address the national level of issues impacting climate change. Community engagement and action are required to implement the proposed action plan, and they can be achieved through public awareness and education from a fundamental level [17]. Collaborative efforts, including governmental and non-governmental organizations and local communities, can promote sustainable, effective practices to address climate change [22].

3. Challenges of Emerging Diseases

Some noteworthy emerging public health diseases include coronavirus infections, which have affected regions globally, with significant outbreaks in Asia (particularly China), Europe, North America, and the Middle East. *E. coli* O157:H7 has been a concern in North America and Europe, with various outbreaks reported in these areas. The Human Immuno-Deficiency Virus (HIV) remains a global issue, with particularly high prevalence in Sub-Saharan Africa, as well as in Asia, Latin America, and North America. Lyme disease is mostly found in North America, especially in the northeastern and midwestern United States, as well as in parts of Europe. Monkeypox has primarily been reported in Central and West Africa, but there have been recent outbreaks in North America and Europe. Hantavirus is most prevalent in North America, particularly the Western United States, as well as in South America, including Chile and Argentina, and parts of Asia. West Nile Virus, which affects regions worldwide, is notably present in the Middle East, North America, Africa, and parts of Europe. Dengue fever, a disease that thrives in tropical and subtropical regions, is widespread in Southeast Asia, Latin America, and parts of Africa. Zika virus, found primarily in tropical and subtropical regions, has caused significant outbreaks in South America, Southeast Asia, and the Pacific Islands. These diseases pose unique challenges to public health, with varying levels of impact in different parts of the world.

Early detection of infectious diseases such as COVID-19, HIV, and Lyme disease is crucial for effective public health responses. Rapid identification of cases allows for timely

intervention, reducing transmission rates and healthcare burdens [23–25]. Health systems that are responsive and adaptable can implement effective surveillance and control measures, which are essential during outbreaks [26,27]. For instance, community-based surveillance has proven effective in detecting localized outbreaks, thereby enhancing early warning systems [28,29]. Moreover, mitigating reporting biases is vital for accurate disease monitoring and response. Underreporting can occur due to stigma, lack of awareness, or inadequate health infrastructure, leading to a false sense of security and delayed interventions [30,31]. By improving data collection methods and engaging communities in reporting, health systems can ensure a more accurate representation of disease prevalence, facilitating better resource allocation and response strategies [32,33].

The upsurge of coronaviruses, especially SARS-CoV, SARS-CoV-2 (COVID-19), and MERS-CoV, has highlighted shortcomings in international health systems. Millions of people have died, and the global economy has been severely disrupted due to the unprecedented effects of COVID-19 [34]. These viruses spread quickly because of human-to-human transmission and their zoonotic origins. It is necessary to make strong surveillance and quick response systems to prevent outbreaks [35,36].

HIV remains a serious public health challenge, especially in the regions where the prevalence of HIV is high. The complexity of HIV infections is more complicated due to the existence of multiple strains (HIV-1 and HIV-2). In addition, disease progression and mortality rates among impacted groups are exacerbated by co-infections with other pathogens [37].

Lyme disease, caused by the bacterium *Borrelia Burgdorferi*, has increased in daily incidence, particularly in Europe and North America. This disease is linked to climate change and affects ticks and their host distributions [38]. As early symptoms have similarities with other diseases, they cause challenges in diagnosis and treatment and delays in proper treatment. *Escherichia coli* (*E. coli*) 0157:H7 is linked to serious foodborne outbreaks and causes hemolytic uremic syndrome, particularly in vulnerable populations, including children and the elderly [38]. Preventing these outbreaks requires raising awareness and ensuring food safety.

Hantavirus pulmonary syndrome, transmitted via rodent excreta, presents a significant threat and can lead to severe respiratory difficulty and high mortality rates. Environmental change and encroachment into wildlife habitats have increased the risk of its transmission [38]. *Aedes* mosquitoes are the vectors of dengue fever, which is dramatically increasing its incidence globally. Increased urbanization, climate change, and travel change contribute to the disease's resurgence [38]. West Nile Virus transmitted by mosquitoes is still a threat in North America and other parts of the world. This virus can result in serious neurological illness, particularly affecting the elderly [38]. Public health programs focusing on raising public awareness and mosquito control are essential for prevention.

The Zika virus has emerged as a major public health issue, especially after the 2015 outbreak in Brazil. It is linked to severe birth defects, such as microcephaly [39]. Due to the complexities of this virus's spread, including sexual transmission, prevention efforts have become more difficult. Educational campaigns and vector control strategies can mitigate the spread of the Zika virus [40,41].

4. Challenges of Reemerging Communicable Diseases

Reemerging diseases refer to conditions that have previously declined in incidence but are now reappearing due to complex, interrelated factors, such as antibiotic resistance, environmental changes, and a shift in public health policy. Malaria, polio (e.g., Pakistan and Afghanistan), tuberculosis, cholera, pertussis, influenza, pneumococcal disease, gonorrhea,

and antimicrobial resistance (AMR) are notable reemerging communicable diseases and associated issues.

The challenges posed by reemerging communicable diseases are exacerbated by global interconnectedness, which facilitates their spread across borders. Factors such as increased travel, trade, and urbanization contribute to the rapid transmission of diseases like tuberculosis and cholera, which can reemerge in populations that may have previously controlled them [42]. This interconnectedness not only aids in the dissemination of pathogens but also complicates their identification and treatment. For instance, the use of advanced technologies, such as genomic sequencing and predictive modeling, can enhance surveillance and response strategies, allowing for quicker identification of outbreaks and more effective containment measures [43]. Moreover, the integration of data from various sources, including health systems and environmental monitoring, can improve our understanding of disease dynamics and inform public health interventions [44]. By employing innovative approaches, such as community-based surveillance and digital health tools, health authorities can better track the emergence of diseases and respond proactively [45].

The incidence and mortality rate of malaria continues to increase, particularly in Sub-Saharan Africa, making it a significant public health challenge. Malaria has reemerged in some regions due to factors including climate change, drug resistance, and disruptions in healthcare systems despite advancements in treatment and prevention [46]. Another critical reemerging disease is tuberculosis (TB), exacerbated by the increase in multidrug-resistant strains. According to the WHO, globally, TB remains one of the top fatal diseases, with an estimated 1.5 million deaths per year [47,48].

Cholera caused by *Vibrio Cholerae* has reemerged globally, especially in natural disasters and conflict-affected regions, which are transmitted through contaminated food and water, presenting challenges in areas where sanitation and water quality are poor. Pertussis incidence is resurging in countries with low vaccination rates. It is difficult to prevent due to new strains of bacteria and declining immunity. Seasonal influenza epidemics continue to pose a significant threat, with substantial morbidity and mortality because of novel influenza strains (H1N1 and H3N2), which present difficulties in vaccine development [49].

Antimicrobial resistance (AMR) and serotype emergence, which are not covered by existing immunization, lead to the reemergence of pneumococcal illness caused by *Streptococcus pneumoniae*, which is more common in children and the elderly. Management must address antibiotic resistance and develop new vaccinations [50]. Gonorrhoea has reemerged due to its complicated treatment options and the risk of multi-drug-resistant strains of *Neisseria gonorrhoeae*. To combat this resurgence, comprehensive sexual educational programs, routine screening, and new treatment strategies are essential [51].

Antimicrobial resistance (AMR), an increasing global health concern, impacts the treatment of many infectious diseases. This poses a challenge in managing NCDs, mainly when infections complicate chronic NCD conditions. For patients with NCDs, overuse and misuse of antibiotics introduce resistant bacterial strains that can complicate treatment approaches and elevate morbidity [52]. A coordinated global response, including public education, funding for new research about new antibiotics, alternative treatment, and stewardship programs, are urgently needed to combat this problem [53].

5. Challenges of Non-Communicable Diseases

As a major cause of mortality and morbidity worldwide, non-communicable diseases (NCDs) account for a significant global health challenge. NCDs are illnesses that cannot spread from one person to another, including long-term problems such as heart disease, diabetes, cancer, chronic respiratory diseases, etc. Numerous underlying factors, such

as lifestyle, socioeconomic conditions, and environmental impacts, are responsible for increasing the rate of NCDs.

According to the World Health Organization [16], NCDs are responsible for more than 38 million deaths annually, with a significant percentage of those fatalities taking place in LMICs. The WHO has emphasized the urgent need for effective strategies to address them [17]. Lifestyle variables such as alcohol consumption, physical inactivity, smoking, and lack of good habits are closely associated with the increased incidence rate of NCDs [54]. According to the World Health Organization (WHO), NCDs are responsible for approximately 71% of all deaths globally, with cardiovascular diseases, cancers, respiratory diseases, and diabetes being the most prevalent [55]. In Sub-Saharan Africa, the burden of NCDs has increased dramatically, with studies indicating that these diseases accounted for 43% of the total disease burden in the region by 2017 [55].

The burden of NCDs varies significantly, with low-income groups being disproportionately impacted. Higher rates of mortality and morbidity from NCDs result from these communities often facing difficulties in accessing healthcare services [56]. The double burden of disease is particularly common in LMICs, where people have both communicable and non-communicable diseases [57]. Addressing these health disparities is urgent for efficient NCD management.

The increase in NCDs has been connected to environmental changes, such as pollution, urbanization, and climate change. Exposure to poor air quality and environmental toxins can exacerbate cardiovascular conditions and respiratory diseases [58]. In addition, the development of NCDs is influenced by the lifestyle changes associated with living in urban areas, such as a rise in processed food intake and lack of physical activity. Moreover, NCDs are also associated with indoor air quality in housing where people spend most of their time.

Research indicates that educational programs focusing on lifestyle modifications can significantly improve knowledge and practices among populations, particularly adolescents, thereby preventing lifestyle disorders [59]. However, the successful implementation of these programs faces several challenges. For instance, many existing health education systems do not adequately emphasize practical applications of health-related knowledge, which can hinder behavior change [60].

6. Natural Disasters

Drastic climate change has resulted in frequent natural calamities that cause disasters. This havoc is not only limited to the destruction of property but also includes health emergencies such as the emergence and reemergence of infectious diseases and scanty drinking water. Human-induced climate change has increased the frequency and severity of natural disasters, which makes it essential for a robust preparedness plan coordinating with health systems, environmental management, and community engagement.

The economic losses from these disasters have been escalating, with the World Bank estimating annual damage from natural disasters at approximately USD 520 billion [61]. Floods are particularly notable for their frequency and economic impact. They account for about 91% of all documented disasters caused by natural hazards, leading to significant property damage, disruption of economic activities, and loss of life [62]. These disasters often disrupt sanitation systems, displace populations, and damage healthcare infrastructure, creating conditions conducive to disease outbreaks.

Natural disasters like floods, earthquakes, tsunamis, and cyclones may spread infectious diseases. Natural disasters and floods may contaminate water, leading to a risk of waterborne diseases such as cholera and leptospirosis. Disaster-associated shelter houses are overcrowded places that usually lack proper sanitation services and healthcare systems;

these inefficiencies together facilitate the transmission of communicable diseases [15,18]. Therefore, a critical understanding of disease dynamics followed by disaster is essential to effectively prepare for disaster management.

Strategies for Disaster Preparedness

Among the strategies for disaster preparedness, the following may be prioritized:

Integrated health systems: Understanding the aftermath of natural disasters like the 2004 Indian Ocean tsunami implies the essentiality of coordinated health systems. Integrated health systems refer to the coordination and strengthening of surveillance systems for quick disaster response, with well-trained healthcare workers ensuring the highest level of healthcare facilities, irrespective of patient loads [18].

Community Engagement and Education: Community engagement and education are crucial for disaster preparedness because a well-informed community can take proactive steps and follow the disaster effectively [16,56]. **Multi-Hazard Preparedness Plans:** The development of multi-hazard preparedness plans for disasters like the COVID-19 pandemic, which requires the intersection of both health emergencies and natural disasters simultaneously, is essential [16,35]. **Research and Surveillance:** To develop proactive approaches, continuous research to establish the relationships among environmental changes, disaster events, and health emergencies by implementing a robust surveillance system is essential [17]. **Policy and Governance:** Governments should make policies integrating health consideration and environmental and disaster management into disaster risk reduction strategies for disaster preparedness [20].

7. Wars, Terrorism, and Humanitarian Crises

Wars, terrorism, global crises, and humanitarian emergencies are critical issues that have significant impacts on global health, security, and development. These complex challenges require comprehensive understanding and multifaceted approaches to address their underlying causes and mitigate their devastating consequences. Recent data highlight the alarming scale and severity of these issues. According to a report by Human Rights Watch, there were close to 1800 incidents of organized violence reported between 2012 and 2013 alone, particularly prevalent in regions such as the Middle East, Africa, and Asia, with countries like Syria, Afghanistan, Iraq, the Democratic Republic of Congo, South Sudan, and the Central African Republic experiencing some of the most violent conflicts in recent times [63,64]. The impact of these conflicts on public health and healthcare systems is profound. The World Health Organization (WHO) has emphasized that migrants often face barriers to accessing healthcare services, which can exacerbate existing health conditions and hinder disease prevention efforts [65]. Conflicts can disrupt immunization programs, leading to the re-emergence of vaccine-preventable diseases like polio [66]. They can also result in the destruction of healthcare infrastructure, disruption of essential services, and the displacement of populations, all of which contribute to increased mortality and morbidity [67,68]. Furthermore, conflicts can exacerbate existing health disparities and create new ones, with vulnerable populations, such as women and children, bearing the brunt of the consequences [67,69]. Beyond the immediate humanitarian crisis, wars, terrorism, and global crises also have far-reaching economic and social consequences. They can lead to the destruction of infrastructure, disruption of trade and investment, and the displacement of populations, all of which can have long-lasting impacts on economic development and social stability [70,71]. Terrorism has been shown to erode social trust and cohesion, further exacerbating societal divisions and instability [72]. Addressing these complex challenges requires a multifaceted approach that combines conflict resolution, peacebuilding, and humanitarian assistance with long-term strategies for sustainable development, climate

change adaptation, and global cooperation [73–76]. Improving the quality and accessibility of healthcare services in conflict-affected regions is also crucial, as it can help mitigate the immediate and long-term health consequences of these crises [67,68,77].

The ongoing war in Ukraine, which began with the Russian invasion in February 2022, has had significant public health consequences. The conflict has disrupted the country's healthcare system, leading to shortages of medical supplies, the destruction of healthcare facilities, and the displacement of healthcare workers [78–80]. This has made it increasingly difficult for Ukrainians to access essential medical services, including routine vaccinations and treatment for chronic conditions [81]. The war has also had a profound impact on the mental health of the Ukrainian population, particularly among children and adolescents. Studies have shown that exposure to war can lead to an increased risk of post-traumatic stress disorder (PTSD), depression, and other mental health issues [82]. To address this, the Ukrainian government and international organizations have worked to establish mental health support services, including hotlines and counseling programs [83].

The conflict between Israel and Hamas in the Gaza Strip has also had significant public health implications. The repeated cycles of violence have destroyed healthcare infrastructure, disrupted essential services, and displaced populations [55]. This has made it challenging for residents of Gaza to access basic medical care, including treatment for chronic conditions and emergency services. The psychological impact of the conflict has also been significant, with studies showing high rates of PTSD, anxiety, and depression among the civilian population, particularly children [84–86]. To address these issues, healthcare providers and humanitarian organizations have worked to establish mental health support services and provide trauma-informed care to those affected by the conflict.

Terrorism, including bioterrorism and biowarfare, as well as global crises, pose significant threats to public health and healthcare systems worldwide. These complex challenges require a comprehensive understanding and multifaceted approaches to address their underlying causes and mitigate their devastating consequences. Recent data highlight the alarming scale and severity of these issues. According to a report, there were close to 1800 incidents of organized violence reported between 2012 and 2013 alone, particularly prevalent in regions such as the Middle East, Africa, and Asia [87]. Bioterrorism has become an increasing concern, with the potential for the deliberate release of dangerous pathogens causing widespread illness and death [88–90]. The impact of these threats on public health and healthcare systems is profound. Terrorist attacks can disrupt essential services, including immunization programs, leading to the re-emergence of vaccine-preventable diseases [91]. They can also destroy healthcare infrastructure and the displacement of populations, all of which contribute to increased mortality and morbidity [92,93]. Furthermore, the psychological impact of terrorism and global crises can be significant, with studies showing high rates of post-traumatic stress disorder, anxiety, and depression among affected populations [92]. To address these challenges, public health authorities must work closely with law enforcement, emergency response, and intelligence agencies to implement comprehensive strategies for early detection, rapid response, and effective mitigation [88,90,93]. This includes strengthening disease surveillance, improving diagnostic capabilities, and enhancing the resilience of healthcare systems [88,90,93]. Additionally, addressing the underlying social, economic, and political factors that contribute to the rise of terrorism and global crises is crucial [87,94]. This may involve addressing issues such as poverty, inequality, and social marginalization, as well as promoting conflict resolution, peacebuilding, and sustainable development [87].

The ongoing humanitarian crisis in the Gaza Strip is a pressing public health concern that requires urgent attention and coordinated global action. The region has been subjected to a prolonged siege and repeated military conflicts, leading to the destruction of

healthcare infrastructure, disruption of essential services, and the displacement of populations [95–97]. The impact on public health has been devastating. The overcrowded and resource-constrained environment in Gaza has made the population highly vulnerable to the spread of infectious diseases, such as the recent COVID-19 pandemic [98]. The lack of access to clean water, sanitation, and essential medical supplies has also contributed to the prevalence of preventable illnesses, although specific outbreaks of cholera have not been reported in Gaza in recent years [99]. Moreover, the psychological toll of the conflict on the civilian population, particularly children and women, has been immense. Studies have shown high rates of post-traumatic stress disorder, anxiety, and depression among Gazans [100–102]. The trauma and humiliation experienced by families have also had a significant impact on the social fabric of the community [102]. To address these complex challenges, a comprehensive, multifaceted approach is required. This should include the following:

1. Immediate humanitarian aid and relief efforts to address the most pressing needs, such as the provision of essential medical supplies, clean water, and sanitation services [95–97].
2. Investments in the reconstruction and rehabilitation of the healthcare system, including the rebuilding of damaged facilities and the training of healthcare workers [96,97].
3. Psychological support and trauma-informed care for the affected population, particularly vulnerable groups such as children and women [100–102].
4. Advocacy for the protection of human rights and the implementation of international humanitarian law to ensure the safety and well-being of the civilian population [95,97,103].
5. Diplomatic efforts to find a sustainable political solution to the conflict, addressing the underlying causes of the humanitarian crisis [95,97,104]. The international community has a moral and ethical obligation to respond to the humanitarian emergency in Gaza. By working collaboratively and prioritizing the health and well-being of the affected population, we can work towards a more just, equitable, and peaceful future for all.

8. Global Partnerships as a Solution

Global partnerships and strengthening the United Nations (UN) are crucial in addressing the complex challenges facing the world today, including wars, terrorism, global crises, and humanitarian emergencies. The UN, as the primary intergovernmental organization, has a critical role to play in fostering international cooperation and coordinating global efforts to tackle these issues [105,106]. The UN's Sustainable Development Goals (SDGs) provide a comprehensive framework for addressing the social, environmental, economic, and political determinants of health [107,108]. By strengthening global partnerships and collaboration, the international community can work towards achieving these goals and improving the overall well-being of populations worldwide [105,108,109]. Effective global health governance requires the involvement of a diverse range of stakeholders, including national governments, international organizations, civil society, and the private sector [106,110]. The UN can serve as a platform for facilitating these partnerships and ensuring that the voices of all stakeholders are heard [106,110]. Moreover, the UN can play a crucial role in strengthening national public health systems and capacities, particularly in conflict-affected and resource-constrained regions [105,111]. This includes supporting the development of national public health laws, improving disease surveillance and response mechanisms, and enhancing the resilience of healthcare systems [105,111]. Nurses and other healthcare professionals can also contribute to the UN's efforts by engaging in global health diplomacy, advocating for the protection of human rights, and participating in the implementation of the SDGs [112,113]. By leveraging their expertise and amplifying their

voices, healthcare professionals can help shape global health policies and ensure that the needs of vulnerable populations are addressed [112,113].

The World Health Organization (WHO) plays a crucial role in global health governance, serving as the leading intergovernmental organization responsible for coordinating international efforts to address public health challenges [114]. However, the COVID-19 pandemic has exposed the fragility of the current global health system, the need for strengthening multilateral partnerships, and the WHO's capacity to respond effectively to emerging health crises [114,115]. One key area for improvement is enhancing the WHO's ability to coordinate and mobilize resources during public health emergencies. The organization's response to the Ebola outbreak in West Africa in 2014–2016 was widely criticized for its slow and ineffective coordination, leading to calls for reforms to improve its emergency response capabilities [115]. The COVID-19 pandemic has further highlighted the need for the WHO to have greater authority, funding, and access to real-time data to enable a more rapid and coordinated global response [115]. Strengthening multilateral partnerships and collaboration between the WHO and other international organizations, national governments, civil society, and the private sector is also crucial [114]. This can involve initiatives such as the establishment of global health security frameworks, the development of shared early warning systems, and the facilitation of equitable access to essential medical supplies and technologies [114]. Moreover, the WHO can play a pivotal role in promoting universal health coverage and addressing the social determinants of health, which are critical for achieving the United Nations' Sustainable Development Goals [86]. This may involve advocating for increased investment in primary healthcare, strengthening health systems, and addressing issues such as poverty, inequality, and climate change [86]. To achieve these goals, the WHO must also enhance its own governance and accountability mechanisms, ensuring transparency, inclusivity, and responsiveness to the needs of its member states and the global community [87]. This may involve reforms to its decision-making processes, the diversification of its funding sources, and the strengthening of its partnerships with civil society and other stakeholders [87].

The World Health Organization (WHO) plays a central role in global health governance, particularly in the management of public health emergencies and disaster response. However, the organization's current capacity suggests a need for substantial improvements in multiple areas to effectively address the complex challenges associated with global health crises, including natural disasters. A primary concern is the WHO's ability to coordinate and implement integrated, comprehensive disaster risk management strategies. To address this, the WHO has developed frameworks such as the Health Emergency and Disaster Risk Management (Health-EDRM) paradigm, designed to incorporate health considerations into broader disaster risk reduction initiatives. This framework aims to enhance the organization's ability to integrate health system strengthening with disaster preparedness and response efforts, although challenges remain in its full operationalization and integration across sectors. [116]. However, the field of Health-EDRM remains fragmented and underdeveloped, with challenges such as overlapping research, lack of strategic agendas, and limited stakeholder coordination [116]. This fragmentation can hinder the WHO's ability to respond effectively to public health emergencies, as seen during the COVID-19 pandemic, where coordination among various global health entities was critical yet often lacking [117]. Moreover, the WHO's reliance on member states for funding and political support can limit its operational effectiveness. Many countries prioritize national interests over global health commitments, which can result in inadequate funding for WHO initiatives. This situation is exacerbated by the increasing frequency and severity of natural disasters, which require substantial resources for preparedness and response. For instance, the economic impact of disasters is significant, with estimates indicating that natural disasters caused

approximately USD 1.5 trillion in damages globally between 2006 and 2015 [118]. The WHO must enhance its capacity to mobilize resources and support countries in building resilient health systems that can withstand such shocks. Furthermore, while the WHO is a leading global health agency, it is not the only organization involved in disaster response. Other entities, such as the United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR) and various non-governmental organizations, also play crucial roles. The WHO must collaborate effectively with these organizations to leverage their expertise and resources, ensuring a comprehensive approach to disaster risk management [119].

The World Health Organization (WHO) holds a central position in global health governance, particularly in addressing public health emergencies and coordinating disaster response efforts. However, the organization's current status reveals a need for significant improvements in various areas to effectively manage the multifaceted challenges presented by global health crises, including natural disasters. A key concern is the WHO's ability to coordinate and implement robust disaster risk management strategies. While the WHO has developed frameworks such as the Health Emergency and Disaster Risk Management (Health-EDRM) paradigm, which aims to integrate health considerations into disaster risk reduction initiatives, the field of Health-EDRM remains fragmented and underdeveloped. This fragmentation is characterized by issues such as redundant research, absence of cohesive strategic agendas, and limited coordination among stakeholders. These challenges undermine the WHO's ability to respond effectively to public health emergencies, as was evident during the COVID-19 pandemic, when critical coordination among global health entities was often lacking.

Additionally, the WHO's reliance on member states for financial contributions and political backing poses limitations on its operational effectiveness. Many nations prioritize national interests over global health responsibilities, leading to insufficient funding for WHO-led initiatives. The latest declarations by the Trump Administration in the US seem to compound the problems of funding of the World Health Organization, but it is hoped that better sense will prevail, and these measures will not be implemented. This issue is compounded by the increasing frequency and intensity of natural disasters, which demand significant resources for both preparedness and response. The economic toll of such disasters is substantial, with an estimated USD 1.5 trillion in damage globally between 2006 and 2015. The WHO must strengthen its capacity to mobilize resources and assist countries in developing resilient health systems capable of withstanding these shocks. Furthermore, while the WHO is a leading global health organization, it is not the sole entity involved in disaster response. Other organizations, such as the United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR) and numerous non-governmental organizations, play critical roles in disaster response. The WHO must foster effective collaboration with these entities to maximize their expertise and resources, ensuring a unified and comprehensive approach to disaster risk management. We summarize all the things in Table 1.

Table 1. Global health challenges and strategic solutions.

Section	Key Topics	Challenges	Solutions/Global Actions
Challenges of climate change	Causes and effects of climate change, air quality, smog	Fossil fuel use, deforestation, extreme weather, food insecurity, health risks (e.g., respiratory diseases, cancer)	Renewable energy, sustainable agriculture, reforestation, Paris Agreement, public awareness, community engagement
Emerging diseases	COVID-19, HIV, Lyme disease, <i>E. coli</i> , Hantavirus, Dengue, Zika, West Nile	Rapid spread, zoonotic origins, diagnostic challenges, vaccine development, vector control	Early detection, surveillance, community-based reporting, public awareness, vector control strategies
Reemerging diseases	Malaria, TB, cholera, pertussis, influenza, AMR, gonorrhea	Drug resistance, low vaccination rates, disrupted healthcare systems, environmental changes	Improved surveillance, genomic sequencing, vaccination programs, antibiotic stewardship, public health policies
Non-communicable diseases	Cardiovascular diseases, diabetes, cancer, chronic respiratory diseases	Lifestyle factors (smoking, poor diet, inactivity), environmental pollution, healthcare access disparities	Health education, lifestyle modification programs, equitable healthcare access, pollution control
Natural disasters	Floods, earthquakes, tsunamis, cyclones	Waterborne diseases, overcrowded shelters, disrupted healthcare systems, economic losses	Integrated health systems, community education, multi-hazard preparedness plans, research, policy integration
Wars, terrorism, crises	Ukraine war, Gaza conflict, bioterrorism, humanitarian crises	Healthcare system destruction, mental health issues, displacement, vaccine-preventable disease resurgence	Humanitarian aid, mental health support, healthcare system rebuilding, conflict resolution, global cooperation
Global partnerships	UN, WHO, SDGs, global health governance	Fragmented coordination, funding shortages, political prioritization of national interests over global health	Strengthening WHO capacity, equitable resource distribution, global health security frameworks, universal health coverage

9. Conclusions: Call for Action and Progress Toward One World Order

The current global health landscape, shaped by a convergence of long-standing and emerging health crises, calls for an urgent call to action. The recent challenges underscored by the COVID-19 pandemic have exposed vulnerabilities within healthcare systems, particularly in low- and middle-income countries, which face the dual burden of infectious diseases and the growing prevalence of non-communicable diseases. However, these challenges also present an unprecedented opportunity for reflection. It is crucial to rethink our collective approach to global health governance, focusing on fostering sustainable, resilient healthcare systems that can withstand future shocks. Governments, international organizations, and healthcare stakeholders must shift from reactive to proactive strategies, addressing the root causes of health inequities and strengthening the capacity for rapid response.

Reflecting on the implications of globalization, climate change, and the increasing threat of emerging infectious diseases, there is a pressing need for integrated, multisectoral approaches. The creation of equitable and universal healthcare systems should remain a top priority. This will require investing in primary healthcare infrastructure, prioritizing access to essential services, and addressing the behavioral and environmental factors driving health disparities. Moreover, greater cooperation between nations, bolstered by the United Nations' SDGs framework, is essential in promoting policies that unite efforts toward achieving health equity and sustainable development. By harmonizing efforts and ensuring the equitable distribution of resources, the global community can make significant strides toward health for all.

The concept of a "One World Order" requires not only political and economic cooperation but also an ethical commitment to address the interconnected challenges of global health, inequality, and environmental sustainability. Continuing progress toward this utopian ideal will depend on the collaborative efforts of the international community in managing crises, such as ongoing humanitarian emergencies, and preventing future disasters. Future recommendations include the establishment of global health security frameworks, enhanced disease surveillance systems, and sustainable climate change mitigation strategies. Strengthening the World Health Organization's role in coordinating these efforts and improving its capacity to respond to future health crises will also be critical in ensuring that the vision of a unified, healthier world becomes a reality.

Author Contributions: Conceptualization, M.S.; resources, S.R.; writing—original draft preparation, M.S., M.S.A., S.R. and R.S.; writing—review and editing, M.S.; supervision, M.S. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

Funding: This research received no external funding.

Institutional Review Board Statement: Not applicable.

Informed Consent Statement: Not applicable.

Data Availability Statement: No new data were created or analyzed in this study. Data sharing is not applicable to this article.

Conflicts of Interest: The authors declare no conflicts of interest.

References

1. Clemente-Suárez, V.J.; Navarro-Jiménez, E.; Moreno-Luna, L.; Saavedra-Serrano, M.C.; Jimenez, M.; Simón, J.A.; Tornero-Aguilera, J.F. The Impact of the COVID-19 Pandemic on Social, Health, and Economy. *Sustainability* **2021**, *13*, 6314. [[CrossRef](#)]
2. Langlois, E.V.; McKenzie, A.; Schneider, H.; Mecaskey, J.W. Measures to Strengthen Primary Health-Care Systems in Low- and Middle-Income Countries. *Bull. World Health Organ.* **2020**, *98*, 781–791. [[CrossRef](#)]
3. Acharya, S.; Lin, V.; Dhingra, N. The Role of Health in Achieving the Sustainable Development Goals. *Bull. World Health Organ.* **2018**, *96*, 591–591A. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
4. Mestdagh, B.; Sempiga, O.; Van Liedekerke, L. The Impact of External Shocks on the Sustainable Development Goals (SDGs): Linking the COVID-19 Pandemic to SDG Implementation at the Local Government Level. *Sustainability* **2023**, *15*, 6234. [[CrossRef](#)]
5. United Nations. *Sustainable Development Goal Report (2024)*; SDG Indicators: New York, NY, USA, 2024.
6. World Health Organization. *Non-Communicable Diseases*; World Health Organization: Geneva, Switzerland, 2023.
7. Brauer, M.; Roth, G.A.; Aravkin, A.Y.; Zheng, P.; Abate, K.H.; Abate, Y.H.; Abbafati, C.; Abbasgholizadeh, R.; Abbasi, M.A.; Abbasian, M.; et al. Global Burden and Strength of Evidence for 88 Risk Factors in 204 Countries and 811 Subnational Locations, 1990–2021: A Systematic Analysis for the Global Burden of Disease Study 2021. *Lancet* **2024**, *403*, 2162–2203. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
8. *Global Burden of Disease Study 2021 (GBD 2021) Data Resources*; GHDx: Washington, DC, USA, 2021.
9. Murray, C.J.L. The Global Burden of Disease Study at 30 Years. *Nat. Med.* **2022**, *28*, 2019–2026. [[CrossRef](#)]
10. Fischer, S. Globalization and Its Challenges. *Am. Econ. Rev.* **2003**, *93*, 1–30. [[CrossRef](#)]
11. Ferdous, J.; Ullah, A.A. *Social Safety Nets and Poverty Reduction in Developing Countries*, 1st ed.; Routledge: London, UK, 2023; ISBN 978-1-00-342623-3.

12. Berger, S. Globalization and Politics. *Annu. Rev. Polit. Sci.* **2000**, *3*, 43–62. [[CrossRef](#)]
13. Mulat, S.T.; Hawassa, E. Advantages and Drawbacks of Globalization in Developing Countries: (Systematic Review). *Res. Gate* **2021**, *8*, IJRAR21B2018.
14. Floridi, L. *The Ethics of Artificial Intelligence: Principles, Challenges, and Opportunities*, 1st ed.; Oxford University Press: Oxford, UK, 2023; ISBN 978-0-19-888309-8.
15. Malhi, Y.; Franklin, J.; Seddon, N.; Solan, M.; Turner, M.G.; Field, C.B.; Knowlton, N. Climate Change and Ecosystems: Threats, Opportunities and Solutions. *Phil. Trans. R. Soc. B* **2020**, *375*, 20190104. [[CrossRef](#)]
16. Mahmood, S.A.; Karampoiki, M.; Hammond, J.P.; Paraforos, D.S.; Murdoch, A.J.; Todman, L. Embedding Expert Opinion in a Bayesian Network Model to Predict Wheat Yield from Spring-Summer Weather. *Smart Agric. Technol.* **2023**, *4*, 100224. [[CrossRef](#)]
17. Ray, D.K.; West, P.C.; Clark, M.; Gerber, J.S.; Prishchepov, A.V.; Chatterjee, S. Climate Change Has Likely Already Affected Global Food Production. *PLoS ONE* **2019**, *14*, e0217148. [[CrossRef](#)]
18. Kummu, M.; Heino, M.; Taka, M.; Varis, O.; Viviroli, D. Climate Change Risks Pushing One-Third of Global Food Production Outside the Safe Climatic Space. *One Earth* **2021**, *4*, 720–729. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
19. Parry, L.; Radel, C.; Adamo, S.B.; Clark, N.; Counterman, M.; Flores-Yeffal, N.; Pons, D.; Romero-Lankao, P.; Vargo, J. The (in)Visible Health Risks of Climate Change. *Soc. Sci. Med.* **2019**, *241*, 112448. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
20. Chausson, A.; Turner, B.; Seddon, D.; Chabaneix, N.; Girardin, C.A.J.; Kapos, V.; Key, I.; Roe, D.; Smith, A.; Woroniecki, S.; et al. Mapping the Effectiveness of Nature-based Solutions for Climate Change Adaptation. *Glob. Change Biol.* **2020**, *26*, 6134–6155. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
21. Ciampittiello, M.; Saidi, H.; Kamburska, L.; Zaupa, S.; Boggero, A. Temporal Evolution of Lake Level Fluctuations under Flood Conditions and Impacts on the Littoral Ecosystems. *J. Limnol.* **2023**, *81*, 2141. [[CrossRef](#)]
22. Ağırbaş, N.C.; Sarıçam, S. An Examination of the State of Awareness of the Problem of Climate Change in Turkey for Those Living in Cities: The Case of Eskişehir Province. *Integr. Environ. Assess. Manag.* **2023**, *19*, 382–394. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
23. Wang, X.; Chen, S.; Tan, F.; Gao, F.G. Chinese Center for Disease Control and Prevention, Beijing, China. Africa Centers for Disease Control and Prevention, Addis Ababa, Ethiopia Recent Trends and Challenges with COVID-19—Africa, April 4, 2020. *China CDC Wkly.* **2020**, *2*, 365–369. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
24. Reeves, J.J.; Hollandsworth, H.M.; Torriani, F.J.; Taplitz, R.; Abeles, S.; Tai-Seale, M.; Millen, M.; Clay, B.J.; Longhurst, C.A. Rapid Response to COVID-19: Health Informatics Support for Outbreak Management in an Academic Health System. *J. Am. Med. Inform. Assoc.* **2020**, *27*, 853–859. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
25. Yang, S.; Liu, Y.; Chen, K.; Li, T.; Huang, Y.; Chen, X.; Qi, P.; Xu, Y.; Yu, F.; Yang, Y.; et al. A Dynamic Model of the Coronavirus Disease 2019 Outbreak to Analyze the Effectiveness of Control Measures. *Medicine* **2021**, *100*, e23925. [[CrossRef](#)]
26. Tahoun, M.M.; Sahak, M.N.; Habibi, M.; Ahadi, M.J.; Rasoly, B.; Shivji, S.; Aboushady, A.T.; Nabeth, P.; Sadek, M.; Abouzeid, A. Strengthening Event-Based Surveillance (EBS): A Case Study from Afghanistan. *Confl. Health* **2024**, *18*, 39. [[CrossRef](#)]
27. Riyono, J.; Putri, A.L.R.; Pujiastuti, C.E. Early Detection of COVID-19 Disease Based on Behavioral Parameters and Symptoms Using Algorithm-C5.0. *IJAIDM* **2023**, *6*, 47. [[CrossRef](#)]
28. Clara, A.; Dao, A.T.P.; Do, T.T.; Tran, P.D.; Tran, Q.D.; Ngu, N.D.; Ngo, T.H.; Phan, H.C.; Nguyen, T.T.P.; Bernadotte-Schmidt, C.; et al. Factors Influencing Community Event-Based Surveillance: Lessons Learned from Pilot Implementation in Vietnam. *Health Secur.* **2018**, *16*, S-66–S-75. [[CrossRef](#)]
29. Kuehne, A.; Keating, P.; Polonsky, J.; Haskew, C.; Schenkel, K.; Le Polain De Waroux, O.; Ratnayake, R. Event-Based Surveillance at Health Facility and Community Level in Low-Income and Middle-Income Countries: A Systematic Review. *BMJ Glob. Health* **2019**, *4*, e001878. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
30. Aljak, E.R.; Eldigail, M.; Mahmoud, I.; Elhassan, R.M.; Elduma, A.; Ibrahim, A.A.; Ali, Y.; Weaver, S.C.; Ahmed, A. The First Laboratory-Confirmed Imported Infections of SARS-CoV-2 in Sudan. *Trans. R. Soc. Trop. Med. Hyg.* **2021**, *115*, 103–109. [[CrossRef](#)]
31. Ali, Y.; Ahmed, A.; Siddig, E.E.; Mohamed, N.S. The Role of Integrated Programs in the Prevention of COVID-19 in a Humanitarian Setting. *Trans. R. Soc. Trop. Med. Hyg.* **2022**, *116*, 193–196. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
32. Baaees, M.S.O.; Naiene, J.D.; Al-Waleedi, A.A.; Bin-Azoon, N.S.; Khan, M.F.; Mahmoud, N.; Musani, A. Community-Based Surveillance in Internally Displaced People’s Camps and Urban Settings during a Complex Emergency in Yemen in 2020. *Confl. Health* **2021**, *15*, 54. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
33. Christenson, V.D.; White, D.H. Evaluation of Four Commercially Available Elisa Assays for the Serologic Diagnosis of Lyme Disease. *Clin. Lab. Anal.* **1991**, *5*, 340–343. [[CrossRef](#)]
34. Griffin, I.; Martin, S.W.; Fischer, M.; Chambers, T.V.; Kosoy, O.; Falise, A.; Ponomareva, O.; Gillis, L.D.; Blackmore, C.; Jean, R. Zika Virus IgM Detection and Neutralizing Antibody Profiles 12–19 Months after Illness Onset. *Emerg. Infect. Dis.* **2019**, *25*, 299–303. [[CrossRef](#)]
35. Roy, S.; Biswas, A.K. Maternal Outcomes of COVID-19 Infection: Lessons Forfuture Pandemics and Recommendations. *Public Health Toxicol.* **2023**, *3*, 1–2. [[CrossRef](#)]

36. Cheema, S.; Maisonneuve, P.; Weber, I.; Fernandez-Luque, L.; Abraham, A.; Alrouh, H.; Sheikh, J.; Lowenfels, A.B.; Mamtani, R. Knowledge and Perceptions about Zika Virus in a Middle East Country. *BMC Infect. Dis.* **2017**, *17*, 524. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
37. Prince, M.J.; Wu, F.; Guo, Y.; Gutierrez Robledo, L.M.; O'Donnell, M.; Sullivan, R.; Yusuf, S. The Burden of Disease in Older People and Implications for Health Policy and Practice. *Lancet* **2015**, *385*, 549–562. [[CrossRef](#)]
38. Couper, L.I.; MacDonald, A.J.; Mordecai, E.A. Impact of Prior and Projected Climate Change on US Lyme Disease Incidence. *Glob. Change Biol.* **2020**, *27*, 738–754. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
39. Honein, M.A.; Dawson, A.L.; Petersen, E.E.; Jones, A.M.; Lee, E.H.; Yazdy, M.M.; Ahmad, N.; Macdonald, J.; Evert, N.; Bingham, A.; et al. Birth Defects Among Fetuses and Infants of US Women with Evidence of Possible Zika Virus Infection During Pregnancy. *JAMA* **2017**, *317*, 59. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
40. Reynolds, M.R.; Jones, A.M.; Petersen, E.E.; Lee, E.H.; Rice, M.E.; Bingham, A.; Ellington, S.R.; Evert, N.; Reagan-Steiner, S.; Oduyebo, T.; et al. Vital Signs: Update on Zika Virus–Associated Birth Defects and Evaluation of All U.S. Infants with Congenital Zika Virus Exposure—U.S. Zika Pregnancy Registry, 2016. *MMWR Morb. Mortal. Wkly. Rep.* **2017**, *66*, 366–373. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
41. Tsukayama, R.; Hinjoy, S.; Jumriangrit, P.; Jiaranairungroj, W. Regional Collaboration in the Context of Zika Virus in Southeast Asia: The Development of the Zika Operational Guidelines for the Preparedness and Response of Southeast Asian Countries, 1st Edition. *Glob. Secur. Health Sci. Policy* **2020**, *5*, 42–47. [[CrossRef](#)]
42. Loh, E.H.; Zambrana-Torrel, C.; Olival, K.J.; Bogich, T.L.; Johnson, C.K.; Mazet, J.A.K.; Karesh, W.; Daszak, P. Targeting Transmission Pathways for Emerging Zoonotic Disease Surveillance and Control. *Vector-Borne Zoonotic Dis.* **2015**, *15*, 432–437. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
43. Brett, T.S.; Rohani, P. Dynamical Footprints Enable Detection of Disease Emergence. *PLoS Biol.* **2020**, *18*, e3000697. [[CrossRef](#)]
44. Jr, W.; Pe, O. Global Situation and Trends of HIV, Influenza and Marburg Viruses: An Epidemiological Perspective. *J. Emerg. Infect. Dis.* **2016**, *1*, 2. [[CrossRef](#)]
45. Castillo-Neyra, R.; Chou Chu, L.; Quispe-Machaca, V.; Ancca-Juarez, J.; Malaga Chavez, F.S.; Bastos Mazuelos, M.; Naquira, C.; Bern, C.; Gilman, R.H.; Levy, M.Z. The Potential of Canine Sentinels for Reemerging Trypanosoma Cruzi Transmission. *Prev. Vet. Med.* **2015**, *120*, 349–356. [[CrossRef](#)]
46. Mancio-Silva, L.; Gural, N.; Real, E.; Wadsworth, M.H.; Butty, V.L.; March, S.; Nerurkar, N.; Hughes, T.K.; Roobsoong, W.; Fleming, H.E.; et al. A Single-Cell Liver Atlas of Plasmodium Vivax Infection. *Cell Host Microbe* **2022**, *30*, 1048–1060.e5. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
47. Shaltout, F.A. Abattoir and Bovine Tuberculosis as a Reemerging Foodborne Disease. *BJSTR* **2024**, *54*, 1–7. [[CrossRef](#)]
48. Hatcher, M.J.; Dick, J.T.A.; Dunn, A.M. Disease Emergence and Invasions. *Funct. Ecol.* **2012**, *26*, 1275–1287. [[CrossRef](#)]
49. Asantewaa, A.A.; Odoom, A.; Owusu-Okyere, G.; Donkor, E.S. Cholera Outbreaks in Low- and Middle-Income Countries in the Last Decade: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Microorganisms* **2024**, *12*, 2504. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
50. Elavarasi, R.; Devi, M.A.; Shanthini, K.R.; Guna, S. Emerging and Re-Emerging Disease. *Ann. SBV* **2015**, *4*, 59–66. [[CrossRef](#)]
51. Odonchimeg, M.; Erdenechimeg, D.; Tuvshinbayar, A.; Tsogtgerel, M.; Bazarragchaa, E.; Ulaankhuu, A.; Selenge, T.; Munkhgerel, D.; Munkhtsetseg, A.; Altanchimeg, A.; et al. Molecular Identification and Risk Factor Analysis of the First Lumpy Skin Disease Outbreak in Cattle in Mongolia. *J. Vet. Med. Sci.* **2022**, *84*, 1244–1252. [[CrossRef](#)]
52. Peykari, N.; Hashemi, H.; Dinarvand, R.; Haji-Aghajani, M.; Malekzadeh, R.; Sadrolsadat, A.; Sayyari, A.A.; Asadi-lari, M.; Delavari, A.; Farzadfar, F.; et al. National Action Plan for Non-Communicable Diseases Prevention and Control in Iran; a Response to Emerging Epidemic. *J. Diabetes Metab. Disord.* **2017**, *16*, 3. [[CrossRef](#)]
53. Cipolla, M.; Bonizzi, L.; Zecconi, A. From “One Health” to “One Communication”: The Contribution of Communication in Veterinary Medicine to Public Health. *Vet. Sci.* **2015**, *2*, 135–149. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
54. Aslam*, F. The Agenda on Non-Communicable Diseases: Editorial Review. *J. Biomed. Res. Environ. Sci.* **2021**, *2*, 596–598. [[CrossRef](#)]
55. Gouda, H.N.; Charlson, F.; Sorsdahl, K.; Ahmadzada, S.; Ferrari, A.J.; Erskine, H.; Leung, J.; Santamauro, D.; Lund, C.; Aminde, L.N.; et al. Burden of Non-Communicable Diseases in Sub-Saharan Africa, 1990–2017: Results from the Global Burden of Disease Study 2017. *Lancet Glob. Health* **2019**, *7*, e1375–e1387. [[CrossRef](#)]
56. Perry, J. Climate Change Adaptation in Natural World Heritage Sites: A Triage Approach. *Climate* **2019**, *7*, 105. [[CrossRef](#)]
57. Dagadu, H.E.; Patterson, E.J. Placing a Health Equity Lens on Non-Communicable Diseases in Sub-Saharan Africa. *J. Health Care Poor Underserved* **2015**, *26*, 967–989. [[CrossRef](#)]
58. Frumkin, H.; Haines, A. Global Environmental Change and Noncommunicable Disease Risks. *Annu. Rev. Public Health* **2019**, *40*, 261–282. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
59. Mary, E.S.; D'souza, A.; Roach, E.J. effectiveness of a lifestyle management program on knowledge and lifestyle practices among adolescents J. *Health Allied Sci. NU* **2014**, *4*, 125–128. [[CrossRef](#)]

60. Shah, P.; Misra, A.; Gupta, N.; Hazra, D.K.; Gupta, R.; Seth, P.; Agarwal, A.; Gupta, A.K.; Jain, A.; Kulshreshta, A.; et al. Improvement in Nutrition-Related Knowledge and Behaviour of Urban Asian Indian School Children: Findings from the 'Medical Education for Children/Adolescents for Realistic Prevention of Obesity and Diabetes and for Healthy aGeing' (MARG) Intervention Study. *Br. J. Nutr.* **2010**, *104*, 427–436. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
61. Yuryeva, O.; Kovaleva, N.; Shukhova, O. Increasing Economic Losses from Natural Disasters as a Last Decade Trend. *E3S Web Conf.* **2023**, *458*, 05005. [[CrossRef](#)]
62. Uwayisenga, A.J.; Mduma, N.; Ally, M. IoT-Based System for Automated Floodwater Detection and Early Warning in the East African Region; a Case Study of Arusha and Dar Es Salaam, Tanzania. *IJATEE* **2021**, *8*, 705–716. [[CrossRef](#)]
63. Dewachi, O. Blurred Lines. *MAT* **2020**, *2*, 95–101. [[CrossRef](#)]
64. Haddison, E.C.; Julius, C.E.; Kagina, B.M. Health Services Utilisation before and during an Armed Conflict; Experiences from the Southwest Region of Cameroon. *Open Public Health J.* **2019**, *13*, 547–554. [[CrossRef](#)]
65. Abbas, M.; Aloudat, T.; Bartolomei, J.; Carballo, M.; Durieux-Paillard, S.; Gabus, L.; Jablonka, A.; Jackson, Y.; Kaojaroen, K.; Koch, D.; et al. Migrant and Refugee Populations: A Public Health and Policy Perspective on a Continuing Global Crisis. *Antimicrob. Resist. Infect. Control* **2018**, *7*, 113. [[CrossRef](#)]
66. Grundy, J.; Biggs, B.-A. The Impact of Conflict on Immunisation Coverage in 16 Countries. *Int. J. Health Policy Manag.* **2018**, *8*, 211–221. [[CrossRef](#)]
67. Ramadan, M.; Tappis, H.; Brieger, W. Primary Healthcare Quality in Conflict and Fragility: A Subnational Analysis of Disparities Using Population Health Surveys. *Confl. Health* **2022**, *16*, 36. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
68. Jaff, D.; Leatherman, S.; Tawfik, L. Improving Quality of Care in Conflict Settings: Access and Infrastructure Are Fundamental. *Int. J. Qual. Health Care* **2019**, *31*, G187–G190. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
69. Makinde, O.A.; Olamijuwon, E.; Mgbachi, I.; Sato, R. Childhood Exposure to Armed Conflict and Nutritional Health Outcomes in Nigeria. *Confl. Health* **2023**, *17*, 15. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
70. Stukalo, N.; Simakhova, A. Social and Economic Effects of the War Conflict in Ukraine for Europe. *Geopolit. Under Glob.* **2018**, *2*, 11–18. [[CrossRef](#)]
71. Biglaiser, G.; Hunter, L.Y.; McGauvran, R.J. The Double-Edged Sword of Foreign Direct Investment on Domestic Terrorism. *J. Confl. Resolut.* **2023**, *67*, 1647–1674. [[CrossRef](#)]
72. Godefroidt, A.; Langer, A. How Fear Drives Us Apart: Explaining the Relationship between Terrorism and Social Trust. *Terror. Political Violence* **2020**, *32*, 1482–1505. [[CrossRef](#)]
73. Mestrovic, T.; Kuqi, D.; Bandov, G. Informing global health diplomacy: Examining health and peace through the lens of the global burden of disease. *JLIA* **2023**, *9*, 228–245. [[CrossRef](#)]
74. Nadiruzzaman, M.; Scheffran, J.; Shewly, H.J.; Kley, S. Conflict-Sensitive Climate Change Adaptation: A Review. *Sustainability* **2022**, *14*, 8060. [[CrossRef](#)]
75. Schilling, J.; Saulich, C.; Engwicht, N. A Local to Global Perspective on Resource Governance and Conflict. *Confl. Secur. Dev.* **2018**, *18*, 433–461. [[CrossRef](#)]
76. Chinwuba Asike, J. Conflict, Convergence, or Coexistence: The Strategic Logic of Education in Reframing World Order. *Soc. Sci.* **2019**, *8*, 67. [[CrossRef](#)]
77. Jordan, K.; Lewis, T.P.; Roberts, B. Quality in Crisis: A Systematic Review of the Quality of Health Systems in Humanitarian Settings. *Confl. Health* **2021**, *15*, 7. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
78. Levy, B.S.; Leaning, J. Russia's War in Ukraine—The Devastation of Health and Human Rights. *N. Engl. J. Med.* **2022**, *387*, 102–105. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
79. Lysanets, Y.; Mihăilă, R.; Botezat, O.; Bieliaieva, O. A Stylistic Analysis of Medical Article Titles Focused on the War in Ukraine. *Med. Ecol. Probl.* **2023**, *27*, 19–25. [[CrossRef](#)]
80. Yon, D.K.; Hadalin, V. Situation Reports and Impacts on Public Health during the War in Ukraine, 24 February to 21 June 2022: World Health Organization Emergency Reports. *Life Cycle* **2022**, *2*, e11. [[CrossRef](#)]
81. Maggioni, A.; Gonzales-Zamora, J.A.; Maggioni, A.; Peek, L.; McLaughlin, S.A.; Von Both, U.; Emonts, M.; Espinel, Z.; Shultz, J.M. Cascading Risks for Preventable Infectious Diseases in Children and Adolescents during the 2022 Invasion of Ukraine. *IJERPH* **2022**, *19*, 7005. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
82. Karatzias, T.; Shevlin, M.; Ben-Ezra, M.; McElroy, E.; Redican, E.; Vang, M.L.; Cloitre, M.; Ho, G.W.K.; Lorberg, B.; Martsenkovskiy, D.; et al. War Exposure, Posttraumatic Stress Disorder, and Complex Posttraumatic Stress Disorder among Parents Living in Ukraine during the Russian War. *Acta Psychiatr. Scand.* **2023**, *147*, 276–285. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
83. Cunningham, A.A.; Daszak, P.; Wood, J.L.N. One Health, Emerging Infectious Diseases and Wildlife: Two Decades of Progress? *Phil. Trans. R. Soc. B* **2017**, *372*, 20160167. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
84. Fontanarosa, P.B.; Flanagan, A.; Golub, R.M. Catastrophic Health Consequences of the War in Ukraine. *JAMA* **2022**, *327*, 1549. [[CrossRef](#)]

85. Bochenek, T.; Chambaud, L.; Lozan, O. Perspective of Schools of Public Health on War in Ukraine—Reactions to Military Conflict in Europe and International Cooperation. *Zdr. Publiczne Zarządzanie* **2022**, *20*, 14–18. [[CrossRef](#)]
86. Alagbo, H.O.; Mitra, S.; Madueke, K.; Azuwike, U.B.; Dos Santos Rocha Ferreira, S.; Ademuyiwa, A.T.; Adeleke, O.; Ejinkeonye, C.; Onyebuchi, D.I.; Atwoju, I.; et al. Trend and Disparities in Authorship of Healthcare-Related Publications on the Ongoing Russia-Ukraine War. *Int. J. Equity Health* **2023**, *22*, 258. [[CrossRef](#)]
87. Tahir, M.; Ibne Afzal, M.N.; Afridi, M.A.; Naseem, I.; Bin Saeed, B. Terrorism and Its Determinants in the Sub-Saharan Africa Region: Some New Insights. *Afr. Dev. Rev.* **2019**, *31*, 393–406. [[CrossRef](#)]
88. Cox, C.; Askew, D.S. A Simple Undergraduate Laboratory Exercise for Teaching the Role of Sentinel-Level Clinical Microbiology Testing in Biological Threat Identification. *J. Microbiol. Biol. Educ.* **2023**, *24*, e00106-23. [[CrossRef](#)]
89. Iqbal, T.; Ahmad, A.; Naveed, M.T.; Ali, A.; Ahmad, M. Potential Role of Zoonoses in Bioterrorism. *IJAB* **2023**, *1*, 499–512. [[CrossRef](#)]
90. Pillai, S.P.; Fruetel, J.A.; Anderson, K.; Levinson, R.; Hernandez, P.; Heimer, B.; Morse, S.A. Application of Multi-Criteria Decision Analysis Techniques for Informing Select Agent Designation and Decision Making. *Front. Bioeng. Biotechnol.* **2022**, *10*, 756586. [[CrossRef](#)]
91. Ogbonna, B.O.; Mgbemena, B.C.; Ezenekwe, L.N.; Ele, G.N.; Anetoh, M.U.; Ejie II Umeh, I.B.; Nduka, I.J.; Ofomata, J.C.; Nwabanne, A.T.; Epundu, U.U.; et al. Terrorism, Population Health, and Epidemiological Dynamics in Nigeria: Implications for Public Health. *MOJ Public Health* **2020**, *9*, 27–31. [[CrossRef](#)]
92. Jumbe, S.; Milner, A.; Clinch, M.; Kennedy, J.; Pinder, R.J.; Sharpe, C.A.; Fenton, K. A Qualitative Evaluation of Southwark Council’s Public Health Response to Mitigating the Mental Health Impact of the 2017 London Bridge and Borough Market Terror Attack. *BMC Public Health* **2021**, *21*, 1427. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
93. Ali, R.; Jan, I.; Malik, M.S. Emerging Health Security Threats and Impact of Bioterrorism on the U.S. National Security. *GPR* **2020**, *V*, 94–103. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
94. Mohammed, I. Decolonising Terrorism Journals. *Societies* **2021**, *11*, 6. [[CrossRef](#)]
95. Farhat, T.; Ibrahim, S.; Abdul-Sater, Z.; Abu-Sittah, G. Responding to the Humanitarian Crisis in Gaza: Damned If You Do. . . Damned If You Don’t! *Ann. Glob. Health* **2023**, *89*, 53. [[CrossRef](#)]
96. Barakat, S.; Milton, S.; Elkahlout, G. Reconstruction under Siege: The Gaza Strip since 2007. *Disasters* **2020**, *44*, 477–498. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
97. Baconi, T. The Gaza Strip: Humanitarian Crisis and Lost Statehood. In *Rethinking Statehood in Palestine: Self-Determination and Decolonization Beyond Partition*; Farsakh, L.H., Ed.; University of California Press: Berkeley, CA, USA, 2021; pp. 54–79, ISBN 978-0-520-38562-7.
98. Abuhabib, A.A.; Abu-Aita, S.N.; Procter, C.; Al-Smeri, I. Unique Situation of Gaza Strip Dealing with COVID-19 Crisis. *Int. J. Infect. Dis.* **2020**, *100*, 149–151. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
99. Federspiel, F.; Ali, M. The Cholera Outbreak in Yemen: Lessons Learned and Way Forward. *BMC Public Health* **2018**, *18*, 1338. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
100. Daher-Nashif, S. Intersectionality and Femicide: Palestinian Women’s Experiences with the Murders of Their Beloved Female Relatives. *Violence Against Women* **2022**, *28*, 1077–1097. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
101. Abu-Ras, W.; Mohamed, R.A. Child Poverty and Youth Unemployment in Palestine. *Poverty Public Policy* **2018**, *10*, 354–370. [[CrossRef](#)]
102. Hussein, T.E. Oppressed and Challenged but Not Defeated: Families in Gaza Writes Back. *IJAES* **2021**, *21*, 171–186. [[CrossRef](#)]
103. Obermaier, L. Disabling Palestine: The Case of Gaza’s Great March of Return. *Race Cl.* **2024**, *65*, 27–46. [[CrossRef](#)]
104. Hammaduddin, H.; Umer, N.; Dashti, Z.H. Analysing the efforts of hamas for the palestinian cause. *Pak. J. Int. Aff.* **2021**, *4*, 836–853. [[CrossRef](#)]
105. De La Rocque, S.; Errecaborde, K.M.M.; Belot, G.; Brand, T.; Shadomy, S.; Von Dobschuetz, S.; Aguanno, R.; Carron, M.; Caya, F.; Ding, S.; et al. One Health Systems Strengthening in Countries: Tripartite Tools and Approaches at the Human-Animal-Environment Interface. *BMJ Glob. Health* **2023**, *8*, e011236. [[CrossRef](#)]
106. Ager, A.; Zarowsky, C. Balancing the Personal, Local, Institutional, and Global: Multiple Case Study and Multidimensional Scaling Analysis of African Experiences in Addressing Complexity and Political Economy in Health Research Capacity Strengthening. *Health Res. Policy Syst.* **2015**, *13*, 5. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
107. Kőrösi, C.; Cullmann, J. Science Needed Now, for Action. *Science* **2023**, *381*, 1136. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
108. Dossey, B.M.; Rosa, W.E.; Beck, D.-M. Nursing and the Sustainable Development Goals: From Nightingale to Now. *Am. J. Nurs.* **2019**, *119*, 44–49. [[CrossRef](#)]
109. Kirton, J.; Kulik, J.; Bracht, C. The Political Process in Global Health and Nutrition Governance: The G8’s 2010 Muskoka Initiative on Maternal, Child, and Newborn Health. *Ann. N. Y. Acad. Sci.* **2014**, *1331*, 186–200. [[CrossRef](#)]
110. Ruelens, M.; Wouters, J. COVID-19 and the Trials and Tribulations of Global Health Governance. *IORJ* **2021**, *16*, 70–98. [[CrossRef](#)]

111. Marks-Sultan, G.; Tsai, F.; Anderson, E.; Kastler, F.; Sprumont, D.; Burris, S. National Public Health Law: A Role for WHO in Capacity-Building and Promoting Transparency. *Bull. World Health Organ.* **2016**, *94*, 534–539. [[CrossRef](#)]
112. Potter, T.; Schenk, E.; Cook, C. Nurses at the United Nations. *Creat. Nurs.* **2021**, *27*, 242–244. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
113. Rosa, W.E.; Squires, A.P. No One Left Behind: Public Health Nursing in a Time of Inclusion, Equity, and Sustainability. *Public Health Nurs.* **2019**, *36*, 1–2. [[CrossRef](#)]
114. Kumar, V.; Sabbarwal, B.; Jaggi, A.; Taneja, P. Effectiveness of Tobacco Cessation Counselling and Behavioural Changes Using Multi Theory Model (Mtm): A Follow-Up Study. *Indian J. Dent. Res.* **2021**, *32*, 56–60. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
115. Torres, I.; Artaza, O.; Profeta, B.; Alonso, C.; Kang, J. Realigning Global Health Governance: WHO at a Crossroads. *Int. J. Equity Health* **2020**, *19*, 186. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
116. Lo, S.T.T.; Chan, E.Y.Y.; Chan, G.K.W.; Murray, V.; Abrahams, J.; Ardalan, A.; Kayano, R.; Yau, J.C.W. Health Emergency and Disaster Risk Management (Health-EDRM): Developing the Research Field within the Sendai Framework Paradigm. *Int. J. Disaster Risk Sci.* **2017**, *8*, 145–149. [[CrossRef](#)]
117. Burkle, F.M., Jr. Challenges of Global Public Health Emergencies: Development of a Health-Crisis Management Framework. *Tohoku J. Exp. Med.* **2019**, *249*, 33–41. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
118. Houston, J.B.; Schraedley, M.K.; Worley, M.E.; Reed, K.; Saidi, J. Disaster Journalism: Fostering Citizen and Community Disaster Mitigation, Preparedness, Response, Recovery, and Resilience across the Disaster Cycle. *Disasters* **2019**, *43*, 591–611. [[CrossRef](#)] [[PubMed](#)]
119. Aitsi-Selmi, A.; Egawa, S.; Sasaki, H.; Wannous, C.; Murray, V. The Sendai Framework for Disaster Risk Reduction: Renewing the Global Commitment to People’s Resilience, Health, and Well-Being. *Int. J. Disaster Risk Sci.* **2015**, *6*, 164–176. [[CrossRef](#)]

Disclaimer/Publisher’s Note: The statements, opinions and data contained in all publications are solely those of the individual author(s) and contributor(s) and not of MDPI and/or the editor(s). MDPI and/or the editor(s) disclaim responsibility for any injury to people or property resulting from any ideas, methods, instructions or products referred to in the content.